> SETAS - 000200 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

INDICAÇÃO Nº IND 2262/2015
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em, 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a Revitalização das Faixas de Pedestres na QSA 03 à 24, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da **parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF**, a Revitalização das Faixas de Pedestres na QSA 03 à 24 TAGUATINGA RA – III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 - Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8183
www.cl.df.gov.br

> SETAS - 000201 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

INDICAÇÃO Nº IND 2263 /2015
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em, 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizado na QNG 34/34, TAGUATINGA – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizada na QNG 34/34, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000202 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

INDICAÇÃO Nº IND 2264/2015
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizado na QNH 16 a 13, TAGUATINGA – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizada na QNH 16 a 13, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000203 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

INDICAÇÃO Nº IND 2265 /2015
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a pintura dos quebra-molas e placa de sinalização dos mesmos na QNG 34, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da **parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF**, a pintura dos Quebra Molas e Placa de Sinalização do mesmo na QNG 34, TAGUATINGA RA – III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000204 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

INDICAÇÃO Nº IND 2266 /2015
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em, 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a Operação Tapa Buraco localizado em todas as Quadras de Taguatinga Norte, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da secretaria de Estado de Infraestrutura e serviços Públicos, a operação Tapa Buraco em todas as Quadras de Taguatinga Norte, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 - Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8183
www.cl.df.gov.br

> SETAS - 000205 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

INDICAÇÃO Nº IND 2267/2015 15
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em, 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a Revitalização das Faixas de Pedestres frente na QND 03 a 58, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a revitalização das Faixas de Pedestres na QND 03 a 58, TAGUATINGA RA – III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000206 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2268 /2015

INDICAÇÃO Nº 15
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga, a Pintura de Meios Fios na QND 03 a 58, TAGUATINGA – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga, a Pintura de Meios Fios na QND 03 a 58, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000207 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2269/2015

INDICAÇÃO Nº 15
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em, 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Segurança Pública, a Reivindicação de Reforço na Segurança Pública na QND 03 a 58 Taguatinga Norte, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da secretaria de Segurança Pública, a Reivindicação de Reforço na Segurança Pública na QND 03 a 58 Taguatinga Norte, TAGUATINGA - RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000208 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2270 /2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em, 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizado na QNE 02 a 32, TAGUATINGA – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizada na QNE 02 a 32, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000209 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2271/2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a Revitalização das Faixas de Pedestres na QNE 02 a 32, TAGUATINGA RA – III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a revitalização das Faixas de Pedestres na QNE 02 a 32, TAGUATINGA RA – III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000210 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2272/2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga, a Pintura de Meios Fios na QNE 02 a 32, TAGUATINGA – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga, a Pintura de Meios Fios na QNE 02 a 32, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000211 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2273 /2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a Revitalização das Calçadas de Pedestres na QNE 02 à 32, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da secretaria de Estado de Infraestrutura e serviços Públicos, a Revitalização das Calçadas de Pedestres na QNE 02 à 32 TAGUATINGA RA – III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000212 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2274 /2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Segurança Pública, a Reivindicação de Reforço na Segurança Pública na QNE 02 a 32 Taguatinga Norte, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da secretaria de Segurança Pública, a Reivindicação de Reforço na Segurança Pública na QNE 02 a 32 Taguatinga Norte, TAGUATINGA - RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000213 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2275 /2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizado na QNE 03 a 24, TAGUATINGA – RA III.

L I D O
Em. 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a implantação de uma PEC – PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO, localizada na QNE 03 a 24, TAGUATINGA RA - III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000214 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 2276 /2015

INDICAÇÃO Nº
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

L I D O
Em. 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF, a Revitalização das Faixas de Pedestres na QNF 03 à 24, TAGUATINGA RA - III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e **parceria do Departamento de Trânsito do DF – DETRAN/DF**, a Revitalização das Faixas de Pedestres na QNF 03 à 24 TAGUATINGA RA – III.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

> SETAS - 000215 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

IND 2277/2015

INDICAÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado LIRA)

LIDO
Em, 14/4/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, promover a Regularização Fundiária e a concessão das escrituras aos proprietários dos imóveis residenciais e comerciais existentes na Região Administrativa de São Sebastião-RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, promover a Regularização Fundiária e a concessão das escrituras aos proprietários dos imóveis residenciais e comerciais existentes na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

14:27 $19335

O art. 50 da Lei nº 11.977/2009 estabelece que tem legitimidade para interpor o processo de regularização fundiária de interesse social; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Desta forma, dentre os entes do poder público legitimados para a regularização, o de maior proeminência é, sem dúvidas, os Estados, por meio dos órgãos de sua administração incumbidos da realização das atividades de regularização fundiária em seu território.

Considerando como prioritário o atendimento de centenas de famílias que ocupam a região há muitos anos, inclusive já cadastrados pelos órgãos competentes do Governo do Distrito Federal.

Faz-se necessário que o Poder Público tome providências para que os moradores e comerciantes possam ter a titularidade dos seus lotes residenciais ou comerciais, com isto, garantir a segurança social e jurídica daquela comunidade.

Pelo exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala de Sessões, em

Deputado Lira - PHS

> SETAS - 000216 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

IND 2278 /2015

INDICAÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado LIRA)

LIDO
Em, 14 / 4 / 15
Assessoria do Plenário

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, que por intermédio do DER/DF – Departamento de Estradas e Rodagem, providências visando a instalação de redutores de velocidade entre os Km 07 e 09 na DF 005, rodovia que liga Lago Norte ao Paranoá.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do DF, por intermédio da DER/DF- Departamento de Estradas e Rodagem, providências visando a instalação de redutores de velocidade entre os Km 07 e 09 na DF 005, rodovia que liga Lago Norte ao Paranoá.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa reduzir a velocidade e o fluxo dos veículos que trafegam no local em que especifica, gerando assim uma maior segurança e conforto aos pedestres que utilizam as vias públicas desse local.

A movimentação de pedestres e o fluxo significativo de veículos, segundo o CTB-Código Nacional de Trânsito, são fatores principais para a construção de redutores de velocidade nas rodovias.

Moradores das adjacências circunvizinhas ao Paranoá, e também os proprietários das barracas situadas na localidade conhecida como "Piscinão do Lago Norte", reivindicam maior segurança para o transito daquela região.

Por se tratar de justo pleito, que visa melhoria e benefícios, solicito o apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente indicação.

Sala de Sessões, em

LIRA – PHS
Deputado Distrital

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000
www.cl.df.gov.br

> SETAS - 000217 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

IND 2279/2015

INDICAÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
Em, 14/4/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, promover a inclusão dos Bairros Morro da Cruz, Zumbi dos Palmares, Bela Vista e Vila do Boa como áreas de interesse social para fins de regularização fundiária, todos localizados na Região Administrativa de São Sebastião-RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal promover a inclusão dos Bairros Morro da Cruz, Zumbi dos Palmares, Bela Vista e Vila do Boa; como áreas de interesse social para efeito de regularização fundiária, todos localizados na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

$ 19335

JUSTIFICAÇÃO

O art. 50 da Lei nº 11.977/2009 estabelece que tem legitimidade para interpor o processo de regularização fundiária de interesse social; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Desta forma, dentre os entes do poder público legitimados para a regularização, o de maior proeminência é, sem dúvidas, os Estados, por meio dos órgãos de sua administração incumbidos da realização das atividades de regularização fundiária em seu território.

Com base no inc. VII do art. 47 da Lei 11.977/2009, áreas de interesse social são aquelas destinadas à produção e à manutenção de habitação com normas próprias de uso de ocupação do solo compreendendo a situação assentamento autoproduzido por população de baixa renda em áreas públicas e privada.

Considerando tais artigos dessa lei e objetivando como prioritário o atendimento de centenas de famílias que ocupam a região há muitos anos, inclusive já foram cadastrados pelos órgãos competentes do Governo do Distrito Federal.

Faz-se necessário que o Poder Público tome providências para que os moradores possam ter a titularidade dos lotes onde moram, garantido a segurança social e jurídica daquela comunidade.

Pelo exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

> SETAS - 000218 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

Sala de Sessões, em

Deputado Lira - PHS

> SETAS - 000219 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IND 2280 /2015

INDICAÇÃO Nº , DE 2015

(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB)

L I D O
Em, 14 / 4 / 15
Assessoria de Plenário

SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA NOVACAP – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, EXECUTAR OBRAS DE REBAIXAMENTO DA FACHADA, INSTALAÇÕES, PISO, URBANIZAÇÃO EXTERNA E LETREIROS NA FEIRA CENTRAL DE SANTA MARIA – DF.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da **NOVACAP – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL,** o rebaixamento da fachada, instalações, piso, urbanização externa e letreiros na Feira Central de Santa Maria – DF.

JUSTIFICAÇÃO

A providência em rebaixar a fachada, executar as instalações, o piso, a urbanização externa e os letreiros naquela feira colocará em relevo o grande fato social que é aquele estabelecimento de importância vital para a economia local e o interesse social que desta feita será fortalecido entre o estado e a comunidade.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares a acolhida da presente proposição.

Sala de Sessões, em de de 2015.

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**

Autor.

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

> SETAS - 000220 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO

Em 14/4/15
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO IND 2281/2015

(do Deputado JUAREZÃO)

LIDO
Em, 14/4/15
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo junto à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos a reforma e revitalização da rodoviária na Região Administrativa de Brazlândia nos locais que menciona.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Na conformidade do disposto no art. 143 do Regimento Interno, sugerimos ao Poder Executivo providências junto à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos no sentido de reformar e revitalizar a rodoviária central da Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.

JUSTIFICAÇÃO

Matéria estampada na imprensa local aponta que a "maioria dos terminais rodoviários do Distrito Federal, por onde passam mais de 1 milhão de pessoas por dia, estão pichados, depredados, empoeirados, com armação enferrujada, sem iluminação pública, sem banheiro e até sem água para beber e lavar as mãos", isso sem contar a brutal marginalidade que rodeia seus espaços".

Essa realidade não é diferente com Brazlândia e isso precisa ser mudado.

A reportagem conta além da imundice e da falta de segurança, quiosques e ambulantes não param de surgir. E sem ponto de energia fazem gambiarras já que não há fiscalização para frear as irregularidades. O banheiro é o mesmo para atender homens e mulheres. Não há portas, nem papel higiênico o que gera revolta dos usuários.

Toda essa precariedade precisa mudar e torna-se urgente a reforma do terminal rodoviário central que além de obras físicas precisa de revitalização para que ele possa ser um espaço digno a ser visitado e utilizado pelas famílias de Brazlândia.

Nesse sentido é que apresento a presente indicação rogando à Comissão de mérito para onde for distribuída que se manifeste favoravelmente à sua aprovação e, após, à Mesa Diretora para que

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 14/4/15 às 15h
Assinatura / Matrícula

> SETAS - 000221 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO

a encaminhe ao Poder Executivo para a tomada das providencias urgentes sugeridas.

Sala das Sessões em,

Deputado JUAREZÃO
PRTB

IPL

Câmara Legislativa do Distrito Federal

GABINETE DO DEPUTADO JOE VALLE - PDT

MOÇÃO n. MOÇ 038 /2015

(Do Deputado Joe Valle)

L I D O
Em, 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

Manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados ao Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC.

> SETAS - 000222 <

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares parabenizar, pelos relevantes serviços prestados ao Museu Vivo da Memória Candanga – MVMC, as pessoas que menciona:

(Relação em anexo)

J U S T I F I C A Ç Ã O

APR_CD 10Abr2015 11:23

Inaugurado em abril de 1990, o Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC representa uma das referências arquitetônicas do resgate do testemunho histórico do contexto e da trajetória dos operários candangos na construção da capital Brasília. Abrigado em sítio histórico, berço da construção de Brasília, o MVMC ocupa uma área de 184 mil m², instalado em ambiente bucólico e aprazível.

Em sua estrutura apresenta espaços convidativos a toda família, com bosque e pomar, espaço para alimentação e caminhada, parque infantil, auditório temático e salas com exposições permanentes. Duas vertentes norteiam o MVMC: a do patrimônio histórico cultural e da cultura em processo, nas diversas oficinas oferecidas para professores, alunos e comunidade. Destacam-se oficina de cerâmica, artesanatos e memória, fazendo com que o museu seja parte da vida cotidiana dos locais e dos visitantes, em suas dependências. Tudo isto ambientado por um conjunto de edificações representadas pelas técnicas construtivas modernistas, testemunho chave da memória da construção da capital, erguida, no primeiro momento, sob tábuas.

O MVMC, hoje consolidado como espaço de registro, preservação e difusão da história e da cultura candanga, é o legítimo espaço museal, dedicado a homenagear a importante contribuição do trabalhador humilde, que acreditou na construção de Brasília, proveniente de todas as regiões do Brasil. Assim, o tombamento do MVMC,

Câmara Legislativa do Distrito Federal

GABINETE DO DEPUTADO JOE VALLE - PDT

pelo poder público representou o reconhecimento do seu papel em cumprir e transmitir para a sociedade a importância do legado popular na capital.

Tombado em 1985 como patrimônio cultural local e em 2015 pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN, o conjunto arquitetônico do Hospital Juscelino Kubitschek HJKO – primeiro hospital de Brasília, de fundamental importância ao atendimento dos operários da construção civil – passou a abrigar o MVMC, quando, em 1987 deu início a sua restauração. O HJKO compunha de uma estrutura completa para serviços hospitalares, alojamentos para funcionários e residência para os médicos. A partir de 1990, agora como museu, passou a cumprir sua função social, propondo, discutindo e realizando ações que contribuem para a educação e formação de crianças, jovens e adultos em diferentes programas.

É uma homenagem digna e justa, da qual a Câmara Legislativa muito se honra. Desta forma se torna imprescindível que, esta Casa de Leis manifeste votos de louvor e parabenize aqueles que estão envolvidos diretamente com a preservação da memória da construção da Capital do Brasil. Razão pela qual rogo aos nobres pares que a provem a presente Moção.

> SETAS - 000223 <

Sala das Sessões, em, de maio de 2015

Deputado JOE VALLE
PDT

> SETAS - 000224 <

Almir Vieira
Aloísio Ferreira Lima
Anísio da Silva Almeida
Antonia Grazia Contini
Antônio Lustoso da Cunha
Antônio Machado Santana
Benedito Pedro da Silva
Carlos Henrique Safe Carneiro
Carlos Madson Reis
Célio Menicucci
Cirilo de Freitas
Edson Porto
Hilton Adriano Rosa
Joana Maria de Lanoi
José Nicodemosa Façanha Farias
Malba Trindade de Aguiar
Maria da Graça Coutinho
Maria das Mêrces Parente
Maria do Carmo Silva
Maria Xandusinha de Sousa
Minnie Sardinha
Neide Guanabara Soares
Nilton Ismael Rosa
Ronaldo Medeiros Santos
Rosane Stuckert
Silvio Cavalcanti

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO **WASNY** DE ROURE
Gabinete 05 2º andar– Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053

MOÇÃO MOÇ 039 /2015

Do Senhor Deputado Wasny de Roure

> SETAS - 000225 <
LIDO
Em, 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

Manifesta Moção de Louvor pelo 5º aniversário da Igreja Assembleia de Deus Campo Oriente.

Senhora Presidenta da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação de Moção de Louvor pelo quinto aniversário da Igreja Assembleia de Deus Campo Oriente, ocorrido no último dia 12 de abril.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara Legislativa do Distrito Federal reconhece o trabalho desenvolvido pela Igreja Assembléia de Deus sob a presidência do Pastor Irair Paes Landin e se congratula na comemoração de seu quinto aniversário com relevantes serviços prestados à comunidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

Deputado Wasny de Roure - PT

Gabinete do Dep. **Wasny** Nakle de Roure – Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053 Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5 – CEP: 70.094-902 – Brasília/DF - EF

> SETAS - 000226 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº RQ 461 /2015 , DE 2015
(Do Sr. Deputado Chico Vigilante)

L I D O
Em, 14 / 04 / 15
Assessoria de Plenário

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, que sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, informações sobre o número de vagas destinadas aos professores efetivos, atualmente ocupadas por professores temporários, discriminando, em cada caso, a disciplina ministrada, carga horária e regional de ensino da referida vaga.

A:SED 10/Abr/2015 09:49

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização e controle parlamentar, prevista na Lei Orgânica e Regimento Interno desta casa.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 2015.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Dr. Michel PP/DF

REQUERIMENTO RQ 462 /2015 **de 2015**
(Do Senhor Deputado **Dr. Michel**)

LIDO
Em, 14/04/15
Assessoria de Plenário

> SETAS - 000227 <

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 279 de 2015, ao Projeto de Lei nº 1302/2012.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos artigos 154 e 155 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº **279/2015** seja apensado ao Projeto de Lei nº **1302/2012** e passe a tramitar conjuntamente, uma vez que são de mesma espécie e tratam de matéria análoga.

ASLEG 10/Abr/2015 10:12 11.944

JUSTIFICAÇÃO

As proposições em referência são de mesma espécie e tratam de matéria análoga. Conforme está previsto nos artigos 154 e 155 do Regimento Interno desta Casa é determinado que nessas hipóteses haja tramitação conjunta das proposições, motivo pelo qual se submete o presente requerimento à Vossa Excelência.

Sala das Sessões em, de de 2.015

***Deputado* Dr. MICHEL**
PP/DF

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5, 4º andar, Gab. 17 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8172
drmichel@drmichel.com.br

> SETAS - 000228 <

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Deputado Distrital WELLINGTON LUIZ - PMDB

REQUERIMENTO Nº / 2015
(Do Deputado Wellington Luiz) **RQ 463 /2015**

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Requer a realização de Audiência Pública no dia 20 maio de 2015, para lançamento da "Frente Parlamentar em Apoio às Famílias das Pessoas Desaparecidas."

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do Art. 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência, requerer a realização de Audiência Pública no dia 20 de maio de 2015, às 19h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para lançamento da "Frente Parlamentar em Apoio às Famílias das Pessoas Desaparecidas."

JUSTIFICAÇÃO

A presente Audiência Pública tem como objetivo tornar público o início dos trabalhos desta frente parlamentar que pretende ser um canal de diálogo e mobilização para auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do tema. Discutir o apoio às vítimas secundárias, pessoas próximas ao desaparecido, que tanto sofrem com esta demanda existente na sociedade.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres Pares para a acolhida do presente Requerimento.

APR_ED 13/04/2015 14:19

Sala das Sessões, em de 2015.

WELLINGTON LUIZ
DEPUTADO DISTRITAL - PMDB

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
30 / 05 / 2015
HORA: 19h LOCAL:

> SETAS - 000229 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

REQUERIMENTO Nº RQ 464 /2015
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

LIDO
Em. 14/04/15
Assessoria de Plenário

Requer a realização de Sessão Solene no dia 08 de Junho de 2015, às 10h, no Plenário, para o lançamento da Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Mulher.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 124 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Sessão Solene no dia 08 de Junho de 2015, às 10h, no Plenário, para o lançamento da Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Mulher.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da criação da Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Mulher é trabalhar em conjunto com diversos órgãos, para prover os necessários apoios que se mostrarem eficazes, incentivando, cada vez mais, o respeito e efetiva aplicabilidade aos seus direitos.

A violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública que atinge todas as etnias, religiões, escolaridade e classes sociais. É uma violação de direitos humanos e liberdades fundamentais. Por isso este tipo de violência não pode ser ignorado ou disfarçado. Precisa ser denunciado por toda a sociedade.

A violência pode se manifestar de várias formas, com diferentes graus de gravidade. Geralmente, com episódios repetitivos e que na maior parte das vezes, costuma ficar encobertos pelo Silêncio.

Na maioria das vezes a violência acontece dentro da própria casa. Pode ser cometida pelo marido, companheiro, pai, irmão, padrasto ou qualquer outra pessoa que viva sobre o mesmo teto. Pode acontecer também no trabalho, na rua, na escola, e em outros lugares.

De forma a solucionar os diversos problemas relacionados a mulher e valorizar a todas que merece o nosso respeito é que sugerimos a presente Sessão.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado BISPO RENATO
PR

> SETAS - 000230 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR

Deputada CELINA LEÃO
PDT

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado DR. MICHEL
PP

Deputado JOE VALLE
PDT

Deputado JUAREZÃO
PRTB

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado LIRA
PHS

Deputada LUZIA DE PAULA
PEN

Deputado Prof. ISRAEL BATISTA
PV

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB

Deputado RICARDO VALE
PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputada TELMA RUFINO
PPL

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS.
HORA: 10h LOCAL:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Economia e Finanças - UEF

LIDO
Em 14/4/15
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO RQ 465 /2015
(Do Deputado Professor Israel Batista)

Requer a arquivamento do Projeto de Lei nº 1621/2013.

> SETAS - 0002231 <

Ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o arquivamento do Projeto de Lei nº 1621/2013.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto em referência, apresentado na legislatura passada por parlamentar não reeleito, não recebeu parecer nesta CEOF, única comissão responsável pela análise de mérito da matéria nele tratada. Assim, em observância às normas regimentais desta Casa, deve ser arquivada.

Brasília (DF), 1º de abril de 2015.

Deputado PROFESSOR ISRAEL BATISTA

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebido em 14/4/15 às 15:2
Assinatura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Economia e Finanças - UEF

LIDO
Em 14 / 4 / 15
Assessoria de Plenário

RQ 466 /2015

REQUERIMENTO
(Do Deputado Professor Israel Batista)

Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 610/2011, 8/2015 E 233/2015.

> SETAS - 000232 <

À Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Requeiro, nos termos dos arts. 154 e 155 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 610/2011, 8/2015 e 233/2015, que são de mesma espécie e tratam da mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

As proposições em referência tratam da mesma matéria. Assim, por determinação regimental, devem tramitar conjuntamente.

Brasília (DF), 1º de abril de 2015.

Deputado PROFESSOR ISRAEL BATISTA

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 14/4/15 às 15h
Assinatura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico - USE

REQUERIMENTO Nº RQ 467 /2015

(Do Deputado Prof. Israel Batista)

LIDO
Em 14/4/15
Assessoria de Plenário

Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.303, de 2012.

> SETAS - 000233 <

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fundamento no *caput* e inciso II do art. 176 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a Vossa Excelência que declare a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.303, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, o qual *estabelece regras para a alimentação dos idosos de baixa renda ou sem renda própria nos restaurantes comunitários do Distrito Federal.*

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 1.303, de 2012, *estabelece regras para a alimentação dos idosos de baixa renda ou sem renda própria nos restaurantes comunitários do Distrito Federal.*

Entretanto, verificamos que a Proposição em comento possui teor semelhante ao Projeto de Lei nº 1.726/2005, que recebeu veto por inconstitucionalidade, mantido por esta Casa.

Assim, o PL nº 1.303/2012 deve ser declarado prejudicado pelo Presidente da Casa, à luz do art. 175, II, do Regimento Interno da CLDF, *in verbis*:

ASSESSORIA Recebido em 14/4/15 Assinatura

Art. 175. Consideram-se prejudicados:

.....

II – a discussão ou a votação de qualquer projeto semelhante a outro considerado inconstitucional ou injurídico pelo Plenário;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico - USE

Vê-se, portanto, que a matéria se encontra prejudicada. Por essa razão, com base na Nota Técnica da Assessoria Legislativa, requeiro a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.303, de 2012.

Sala das Sessões, em 2015.

> SETAS - 000234 <

Deputado Prof. Israel Batista

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 14 DE ABRIL DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz .)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 26ª Sessão Ordinária;

- Ata da 27ª Sessão Ordinária.

Eu gostaria de anunciar o Comunicado de Líderes. Foi acordado na Presidência da Casa que quem falasse no Comunicado de Líderes abriria mão no Comunicado de Parlamentares.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Minha gente, esta é uma Casa de respeito. Eu gostaria que vocês tivessem um pouquinho de respeito. O acesso de vocês foi liberado à galeria. Eu queria que vocês tivessem respeito com as pessoas. É um cidadão como qualquer um. Por favor, senão serei obrigada a pedir que os seguranças retirem vocês e isso eu não quero. Por favor, não façam isso. Vamos respeitar o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem Revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira coisa que tem que acontecer numa Casa Legislativa é o respeito. Segundo, as pessoas para tomarem algum posicionamento, tem que estar bem informadas.

O que está em debate aqui e que nem sequer será votado hoje é uma moção. Moção não muda absolutamente nada e para o Distrito Federal essa moção não tem nenhuma validade, porque, Deputada Liliane Roriz, no Distrito Federal essa moção não tem alcance. No Governo Arruda, quando era Secretária de Educação do Distrito Federal a Dra. Eunice, baixou-se uma portaria, no âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que trata exatamente desse assunto *ipsis litteris* do que está na resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos. É a mesma coisa. Tanto a resolução do Conselho Nacional como essa Portaria da Secretaria de Educação do Distrito Federal, assinada e publicada no *Diário Oficial*, dizem que os transexuais – e trata-se tão somente disso – terão o direito de usar o banheiro de acordo com o nome escolhido. É isso! Nada mais do que isso!

Não tem absolutamente nada a mais do que isso. Aqui está falando quem lutou contra a ditadura, quem foi preso para que se tivesse liberdade neste país. Portanto, está na hora de acabar no Brasil com a intolerância! É isso que tem que ser feito: acabar com a intolerância. Os gays existem, as lésbicas existem, o transexual existe. Eu conversava hoje com gays. Eles me diziam que não pediram para nascer gays. Eles nasceram.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Minha gente, vamos deixar o Deputado concluir. Vocês podem se manifestar depois. Por favor.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Portanto, ao invés da intolerância, quem é temente realmente a Deus – e eu sou – tem que rezar para que essas pessoas não sejam massacradas do jeito que são; tem de rezar para que não sejam assassinadas; tem de rezar e orar contra a violência que é praticada contra esses seres humanos, que merecem todo o nosso respeito. Portanto, Sra. Presidenta, vir jogar e dizer que isso é coisa do PT... Isso é coisa que está na Constituição de 88, e tem de ser garantido o direito. Agora, a intolerância não leva absolutamente a canto nenhum. A intolerância leva à violência, e é isso que o Talibã, lá no Oriente Médio, pratica: a intolerância. O que o Estado Islâmico hoje pratica é a intolerância. Portanto, o respeito é o que deve existir entre os seres humanos, sob pena de não sermos dignos de sermos chamados de seres humanos.

Para concluir, Sra. Presidenta, como eu já disse a V.Exa., tenho uma importante audiência no Ministério da Previdência. Vou lá e voltarei. Agora, eu devo explicação às pessoas que me elegeram. Tenho quatro anos de mandato, e ninguém trabalhará pelo meu *impeachment*, muito menos me pedirá para sair. Respeitem-me! Um abraço.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Silêncio! Olha só, gente: se vocês estiverem aqui... Eu gostaria que vocês tivessem um pouco de compreensão. Ainda teremos muitas falas aqui. Tenham um pouquinho mais de respeito, pois acho que todos merecem. Apoio todos vocês que estão aqui. Cada um pensa como quiser. Não vejo o menor problema nisso. Agora, vamos respeitar o Deputado que estiver falando. Logo, logo, começaremos as votações.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos.

Primeiro, antes de entrar diretamente no que me traz à tribuna, digo que o nosso bloco, não só eu, defenderá o respeito a todos. Eu acho que há espaço ao diálogo para conseguirmos sair dessa Casa com algo que atenda a todos, sempre respeitando o espaço de cada um. Acho que isto é o mais importante: o respeito tem de estar acima de tudo.

Quero aqui, publicamente, parabenizar e agradecer diretamente tanto o Deputado Bispo Renato Andrade quanto o nosso Líder de Governo. Eu quero fazer aqui um agradecimento e um reconhecimento. No meu último pronunciamento, eu fiz uma dura crítica aos secretários que dificultavam o recebimento, o atendimento

aos Parlamentares. Na semana passada, depois das interferências do Deputado Bispo Renato Andrade e do Líder de Governo, o nosso pedido junto ao Secretário Jaime Recena foi muito bem atendido. Ontem, o próprio secretário me ligou, e eu disse a S.Exa. que, da mesma forma que eu vim a esta tribuna reclamar, eu viria aqui agradecer e parabenizar a postura da Presidente, de todos aqueles que ajudaram e, em especial, de S.Exa., que foi extremamente sensível e acabou entendendo a necessidade dos pedidos das entidades religiosas. Então, meu muito obrigado.

Eu não poderia deixar também, Líder, de trazer uma grande preocupação. No início desta semana, durante uma entrevista na OK FM, uma pessoa me disse que o Disque-Denúncia estava sendo extinto. Isso me traz uma enorme preocupação, porque o Disque-Denúncia hoje é um dos instrumentos mais importantes, inclusive foi criado em âmbito nacional. Aí, eu olhei de fato, para não ser leviano. Na atual estrutura da Secretaria de Segurança, não existe mais o Disque-Denúncia. Ou seja, aquela forma que o cidadão de bem tem de poder contribuir com as instituições de segurança sem constrangimento, sem risco, agora está sendo banida por este governo.

Então, acho que temos de ter responsabilidade. Não estou aqui como policial, como cidadão, mas principalmente como representante do povo. Ontem eu recebi aproximadamente 250 *e-mails* de pessoas pedindo que sensibilizássemos o Governo do Distrito Federal para que essa ação fosse revogada e o Disque-Denúncia retornasse. Tenho certeza absoluta de que isso vai trazer um prejuízo enorme para o cidadão que quer contribuir diretamente, reconhecendo a sensibilidade...

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, boa tarde.

Quero dizer que esta Casa poderia fazer um requerimento à Secretaria de Segurança. Eu estava aqui conversando com a nossa Presidente para que, de fato, de verdade, pudéssemos fazer esse requerimento. Realmente será um retrocesso se a Secretaria de Segurança arrancar o Disque-Denúncia. Então, quero fazer de suas palavras as minhas. Daqui a pouco, estarei entrando em contato com o Secretário de Segurança para ver, de fato, de verdade, o que está acontecendo. Logo que eu tiver as notícias, eu passarei a V.Exa. e a todos os Deputados da Casa.

Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado. Eu não esperava de V.Exa. outra atitude que não essa.

De fato, esperamos que haja, por parte do Governo, um recuo nessa decisão. Acredito que o Secretário de Segurança nem sabe disso, o que não deixa de ser menos grave. Precisamos hoje reverter esse quadro, para que o cidadão continue

próximo aos órgãos de segurança por meio de um instrumento que lhe permita denunciar aqueles que cometem crime, independentemente de essa denúncia ser vinculada à Polícia Civil, à Polícia Militar, à Polícia Federal, enfim, aos órgãos de segurança. Lembro também que, dentro do Disque-Denúncia, Líder, há um telefone para denúncia de violência contra a mulher, para denúncia de criança desaparecida, ou seja, é algo extremamente importante.

No mais, quero agradecer a especial atenção de V.Exa. e nos colocar à disposição caso tenha qualquer dúvida em relação a esse tema.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos nobres colegas. Boa tarde a todos os que estão em nossa galeria.

O que me traz aqui hoje, Sra. Presidente, é um assunto muito grave, muito sério e que exige mobilização da sociedade brasileira. Nós temos uma conquista neste País, Deputada, feita ainda na era do Presidente Getúlio Vargas, que é o nosso direito de acessar o serviço público por meio de concurso público. Essa é uma conquista do País, que nos colocou à frente de outras nações e que iniciou a transformação do Estado brasileiro num Estado moderno. E essa conquista está sendo violentamente atacada no Congresso Nacional pelo Projeto de Lei nº 4.330, o famigerado projeto da terceirização. Nós, brasileiros, não podemos aceitar isso. Nós não podemos aceitar que o instituto do concurso público, que nos colocou no caminho do desenvolvimento e das nações civilizadas, seja ameaçado pelo interesse empresarial de grupos políticos milionários que, nesta ocasião, dominam nosso país.

Essa terceirização é acintosa, agressiva. Essa terceirização, em primeiro lugar, diminui profundamente as vagas de concurso público no nosso País. É um ataque à meritocracia.

Esse Projeto de Lei nº 4.330 merece a mobilização nacional, para impedir que cabides de emprego sejam criados, que empresas ligadas a Parlamentares poderosos deste país passem a exercer funções que são funções finais das nossas empresas públicas e autarquias.

Os efeitos do Projeto de Lei nº 4.330 são nefastos. Primeiro, a subtração dos direitos dos trabalhadores. Depois, o aumento do número de acidentes de trabalho – já está provado que, de cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem em nível terceirizado. A redução salarial dos trabalhadores terceirizados em relação aos trabalhadores concursados pode chegar a 30% no exercício da mesma atividade. O Estado também passará a arrecadar menos e terá mais dificuldade para fiscalizar as

empresas. Esse projeto, no fundo, significa a subcontratação de empregados pelo Estado e a precarização dos direitos trabalhistas.

Nós não vamos aceitar isso de braços cruzados. O País inteiro se mobiliza contra esse acinte, contra essa derrota das nossas conquistas históricas, e nós, pessoas de bem, pessoas que defendem um País moderno, ligado ao que há de mais evoluído no mundo, não podemos aceitar o Projeto de Lei nº 4.330. Todos os que têm compromisso com este país precisam se levantar contra o domínio dessas organizações empresariais poderosas sobre o Estado brasileiro.

Vejo também aqui uma grande comoção com os nossos amigos radiologistas. Para mexer com radiação, tem que saber o que se está fazendo. Isso é assunto sério. Contem com meu apoio. Quanto aos demais temas, que também são muito importantes, quero dizer que somos favoráveis ao diálogo, ao entendimento e, acima de tudo, ao amor. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Minha gente, silêncio, por favor. Vocês são pessoas educadas e não podem fazer isso.

Estamos quase encerrando os Comunicados de Líderes. Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores membros da imprensa, senhores assessores, pessoas que estão aqui para manifestar livremente a sua posição, radiologistas, aqueles que defendem a família, pessoal do movimento LGBT, isso aqui é a verdadeira expressão da democracia.

Aqui eu quero falar de dois assuntos. Quero, mais uma vez, citar a questão da saúde no Distrito Federal. Ontem à noite, por volta de onze horas, estive no Hospital Materno-infantil aqui de Brasília e presenciei um verdadeiro caos. Quatro crianças recém-nascidas que estavam ali com uma crise de bronquiolite e com insuficiência respiratória precisavam imediatamente de UTI. Estavam ali, com risco de vida, e sendo atendidas pelos médicos, por aquela equipe, Deputada Liliane Roriz, uma equipe de heróis. Quatro médicos transformaram a sala da emergência em uma sala de semi-UTI para salvar a vida dessas quatro crianças. Acompanhei todos os passos, principalmente daquelas pediatras que estavam ali, colocando as suas vidas para salvar a vida daquelas crianças.

Aqui quero ressaltar que havia uma médica gestante de oito meses, Deputada Liliane Roriz. Ela, para salvar a vida de uma criança, correu até a UTI do Hospital Materno Infantil de Brasília, a fim de pegar um aparelho ventilatório para que a criança pudesse ser entubada e pelo menos ter uma esperança de vida. Quero dizer que esse é o retrato do caos da saúde do Distrito Federal.

Lamentei muito quando tivemos o gestor do Distrito Federal nesta Casa e a ele foi perguntado quais são os projetos para melhoria da saúde. Ele respondeu que não poderia falar, porque precisaria ainda fazer uma avaliação do que aconteceu no passado. Isso me deixa extremamente entristecido e desiludido. Até quando vamos ter nos hospitais, Deputado Prof. Israel, crianças morrendo porque não temos UTI?

Para finalizar este ponto, Deputado Wasny de Roure, precisamos ter coragem para enfrentar o principal problema na saúde, que é o problema da gestão. Eu aqui defendo que haja uma descentralização orçamentária nas regionais de saúde, para que o coordenador regional de saúde tenha autonomia e abasteça os hospitais, os centros de saúde, e o Distrito Federal saia desse caos e se transforme. Que tenhamos coragem para sair disso e transformar, Deputado Wasny de Roure, a Capital da República – sempre tenho dito que aqui tem sido um exemplo de má gestão na área de saúde – na cidade onde o sistema de saúde funcione.

Deputado Wasny de Roure, o que me deixou indignado ontem não foi o fato de aquelas médicas estarem dando a sua vida e colocando o máximo do seu trabalho profissional, médicos estafados... Eu vi uma médica chorando, porque não conseguia dar um remédio a uma criança que estava sofrendo de apendicite. Até quando vamos ficar calados para isso? Até quando vamos ficar de olhos fechados para isso? Isso é um absurdo!

Eu digo o seguinte: temos que sair da falácia e partir para a prática. Vamos convocar o Secretário de Saúde para vir aqui responder o seguinte: até quando o senhor vai deixar pessoas morrendo na porta dos hospitais? Até quando vamos aceitar os desmandos? Defendo, sim, que cada regional de saúde se transforme em uma unidade orçamentária e cada diretor de hospital possa ter autonomia para fazer as suas compras.

Quero tratar aqui também o segundo ponto. Temos discutido, há duas sessões, uma moção, assinada por alguns Parlamentares, que fala sobre duas recomendações do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT. O nobre Deputado Chico Vigilante esteve aqui à frente e afirmou que a moção, em nenhum momento, fala sobre a questão da utilização de banheiros por pessoas que têm uma identidade biológica. Aqui quero fazer uma distinção. Deputada Liliane Roriz, existe um parecer na resolução que faz esta distinção: o ser humano tem duas identidades – a identidade biológica e a identidade de gênero. E o art. 6º da resolução, que é bem claro, diz o seguinte: deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero de acordo com a identidade de gênero. Aí perguntamos o que é identidade de gênero? O que seria isso? A própria resolução, em um parecer do conselho, diz o seguinte: identidade de gênero é a experiência interna individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluído o senso pessoal de corpo, cuja modificação de aparência pode ser de livre escolha. Ou seja, a identidade de gênero, segundo o que consta no parecer da Resolução do Conselho Nacional, é uma escolha individual.

Quando fazemos uma diferenciação entre identidade biológica e identidade de gênero, nós entendemos o seguinte: se o ser humano que biologicamente é homem, mas, por escolha própria, escolheu outra identidade de gênero, ou seja, ele escolheu ser homossexual, a resolução autoriza que ele possa utilizar o banheiro que ele quiser escolher. Por exemplo, se ele escolheu, ali pela identidade de gênero, ser mulher, ele pode, Deputado Ricardo Vale, é o que está escrito na resolução – não na resolução, mas no parecer que fundamenta a resolução, que diz o seguinte: se ele é homem, biologicamente, mas, em gênero, ele quer ser mulher, ele pode, sim, utilizar o banheiro feminino.

Bem, esse artigo fere frontalmente o disposto no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que "o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem" sexual, é o que está no art. 17, "da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais."

Essa recomendação afronta o art. 19, que foi corroborado recentemente, à época, no primeiro mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – pelo qual eu tenho grande respeito –, que, ao assinar a renovação do Pacto de San José, da Costa Rica, disse a seguinte frase: este pacto vai trazer a verdadeira proteção da criança e do adolescente aos Estados da Iberoamérica. E o art. 19 da Convenção, Deputado Prof. Israel, diz o seguinte: toda criança terá direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requerer, por parte da sua família, da sociedade e do Estado. (Palmas.)

Aqui, Sras. e Srs. Deputados, eu não quero trazer ilações, eu não quero trazer achismos. Estou trazendo uma análise jurídica do que a própria resolução coloca. E digo o seguinte: em nenhum momento, está sendo discutido aqui a proibição da manifestação, mas a questão é muito simples: o banheiro feminino e o banheiro masculino existem não por causa da identidade de gênero, mas por causa da identidade biológica, porque fisiologicamente, esses dois seres, macho e fêmea, biologicamente fazem suas necessidades de formas diferentes.

E aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, trago uma discussão que vai além, que não traz discriminação, porque eu falo como pastor também: em nenhuma igreja, o homossexual é expulso por ser homossexual; em nenhum espaço religioso, o homossexual vai ser tirado do espaço da sua igreja por ser homossexual. Nós amamos os homossexuais. Agora, nós não podemos aceitar a prática que fere o direito dos heterossexuais e daqueles que têm uma identidade biológica.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu peço, sim, aqui, como Líder do Bloco Amor por Brasília, a votação dessa moção hoje, para que a gente possa demonstrar que, obviamente, passa a ser...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu queria fazer um encaminhamento, logicamente para decisão da Presidente.

Eu acho que a gente está há três sessões discutindo. Esta é uma Casa plural, eu vi que houve quase uma agressão à Deputada Sandra Faraj no mesmo andar do meu gabinete. Eu acho que não é por aí, eu acho que tem que se ter um respeito por todos os Parlamentares, seja à Deputada Sandra Faraj ou a qualquer outro Parlamentar aqui.

Peço que a Presidência desta Casa coloque uma orientação à Polícia Legislativa por causa da integridade dos Parlamentares. Nós somos 24 Parlamentares que representam toda a população do Distrito Federal. Nós temos diversos segmentos aqui, e eu só acho o seguinte: independentemente de religião, todo mundo aqui tem uma forma de defender e eu acho que o mandato legislativo é para isso, o seu posicionamento.

Sobre a moção, eu não concordo com o que o Deputado Chico Vigilante falou. Eu até concordaria se ele não tivesse feito nenhuma moção durante a história parlamentar dele. Ele já fez diversas moções, independentemente da questão de ser de cunho federal ou não.

Esta é uma Casa democrática. Peço que se vote isso e que nós Parlamentares possamos ter outras discussões aqui em função do Distrito Federal, que está com diversos problemas. Que possamos dar essa resposta à sociedade, incluindo a necessidade de votarmos os vetos e aproveitar o *quorum*.

Esse é o encaminhamento. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Obrigada e acato a solicitação de V.Exa.

No Colégio de Líderes nós...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Silêncio, por favor. Por favor, eu gostaria de silêncio e respeito.

Deputado, no Colégio de Líderes, nós acertamos e combinamos que votaríamos os vetos e depois passaríamos para essa moção. Para dar encaminhamento aos trabalhos da Casa, eu gostaria de limpar a nossa pauta, até porque nós somos cobrados lá fora. Então não é possível que passemos três semanas discutindo esse assunto.

Então, eu gostaria da compreensão de V.Exa., da compreensão de todos os Deputados para que, a partir de agora, encerrados os Comunicados de Líderes, quem falou nos Comunicados de Líderes não falasse nos Comunicados de

Parlamentares para nós votarmos. Isso foi acordado no Colégio de Líderes, e eu queria saber se podemos dar continuidade ao que foi tratado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu queria me solidarizar ao Deputado Rodrigo Delmasso e pedir a inversão de pauta, até em consideração às pessoas que estão aqui na galeria, para que possamos, logo após a fala do último Deputado nos Comunicados de Líderes, votar essa moção e não ficar aqui até às 18h, 19h, para fazer essa votação.

Então, eu queria pedir a inversão de pauta agora para podermos fazer isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu lamento, mas isso não foi acordado no Colégio de Líderes.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – No Colégio de Líderes, foi acordado que os Deputados que falassem nos Comunicados de Líderes não falassem nos Comunicados de Parlamentares, e todos aceitaram.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu acho que a gente tem que encaminhar da forma como foi combinado no Colégio de Líderes, evidentemente: votar os vetos e depois debater esse tema que eu considero muito importante. Eu sugiro então que a gente não inverta a pauta como o Deputado Julio Cesar está propondo aqui.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, na última plenária, também foi acordado que seria votada essa moção, e ela não foi votada. E hoje eu pediria a inversão de pauta para que a gente possa votar e solucionar logo essa questão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro eu acho muito interessante alguns Parlamentares chegarem aqui e pedirem pressa, pedirem isso, pedirem aquilo, mas são os mesmos Parlamentares que postergaram essa discussão, pessoal. Nós estamos aqui há duas,

três sessões discutindo isso. Agora, é preciso sim votar. Essa história de deixar para depois, Presidente...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu não aguento pressão. Não estou aqui, de forma alguma, tentando deixar de apreciar a moção. Eu só gostaria que todos compreendessem que foi acordado no Colégio de Líderes que votaríamos os vetos e, em seguida, votaríamos a moção. Não estou impedindo!

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, perfeito. De qualquer maneira é importante que se reestabeleça a verdade. Na sessão anterior, nós poderíamos ter votado esta moção. E ela não foi votada, porque houve obstrução. Foi isso. Agora, é tão importante quanto todos os assuntos que são colocados aqui. E este tema é tão importante que foi alvo de uma resolução de um órgão da Presidência da República.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu cheguei ao plenário exatamente às 15 horas. Fui o primeiro Parlamentar a chegar. Não sou Líder, sou um simples Deputado. Estou inscrito e tenho um assunto extremamente importante que quero trazer ao plenário desta Casa. Eu gostaria de ser respeitado e que o meu direito não fosse violentado, assim como outros alegam que estamos violentando outros direitos.

Portanto, espero que o Regimento seja observado. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wasny de Roure, está garantida a sua palavra.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mesmo tendo sido acordado no Colégio de Líderes, se foi pedida questão de ordem e todos Líderes presentes aceitarem, respeitando a fala do Deputado Wasny de Roure e também a minha fala, eu acredito que pode haver uma inversão de pauta. Até porque, se votarmos os vetos primeiro, no final não haverá *quorum*. E a votação da moção ficará de novo para outro dia.

Então, acredito que todos aqui podem concordar com a inversão de pauta.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas expressar o meu desejo de que o Colégio de Líderes tenha o devido respeito. Eu sou Líder, o meu bloco me fez Líder. Eu não posso ocupar o mesmo espaço de outros Deputados. O Deputado Julio Cesar é o Segundo Secretário. Não posso ser Segundo Secretário junto com o Deputado Julio Cesar. Sou Líder do meu bloco.

Então, o colégio de Líderes precisa ser respeitado. Exijo que o seja, porque sou Líder e não vou aceitar dividir a liderança com ninguém. O Líder do meu bloco sou eu, assim como o Segundo Secretário não vai dividir comigo a liderança.

Então, nós tivemos uma decisão do Colégio de Líderes, se a maioria dos Líderes aqui presentes mudarem essa decisão, é outro assunto, mas estamos abrindo precedentes para que o Colégio de Líderes seja desrespeitado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só como informe, a bancada do PT vai se retirar do plenário se não for cumprido o que foi acordado no Colégio de Líderes.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes.

Quero aqui, através do nosso Pastor Fadi, que está ali, cumprimentar toda a galeria. E antes de adentrar um assunto que para mim é de suma importância, eu gostaria só de registrar que, na fala do Deputado Chico Vigilante, S.Exa. diz que todos nós devíamos rezar pelas pessoas. Eu quero dizer que o papel do evangélico, assim o Pastor Rodrigo Delmasso, eu que sou pastor há 22 anos, o que mais fazemos nas igrejas, é orar por todas as pessoas, independentemente do credo religioso. Se é espírita, católico, evangélico, homossexual, nós respeitamos todos, sem nenhuma distinção. O que está sendo requerido aqui nesta Casa é só a votação de uma moção de repúdio a essa determinação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. É isso o que queremos! Não estamos aqui querendo discutir religião, nem discutir a fé de ninguém. Queremos só que seja votada a moção.

Então, Deputada Sandra Faraj, eu me solidarizo com a moção de V.Exa. Estou pronto para votá-la. Na hora em que esta Casa determinar que temos de votar, podem ter certeza de que estaremos aqui para assim o fazer.

Rapidamente, até porque combinamos diversos assuntos no Colégio de Líderes, eu quero ocupar o espaço de hoje na tribuna para falar de uma reportagem

do Suzano – que até está ali na nossa galeria –, que fez uma matéria excelente no *Jornal de Brasília*, divulgando uma pesquisa feita pelo Instituto Veritá, que entrevistou mais de 1.200 pessoas e que aponta que 68% dos entrevistados aprovam os primeiros cem dias de atuação do Governo Rodrigo Rollemberg. E que 63% já avaliam a nova gestão como melhor que a anterior. Isso já está no *Jornal de Brasília*, através do Instituto Veritá

Tenho andado nesses últimos dias com o Governador Rodrigo Rollemberg. No último final de semana, estive com alguns Deputados na entrega de mais de trezentas escrituras no Riacho Fundo II. Hoje, estive lá em Sobradinho II, onde foram entregues mais duas creches. Ou seja, já foram entregues duas na semana passada, hoje foram entregues mais duas e até o dia 21 de abril o total de creches entregues será de dez.

Quero dizer que as coisas começam a melhorar neste governo. Na semana passada, o Deputado Chico Vigilante disse que foram cem dias perdidos de governo, mas, se olharmos e observarmos, foram cem dias em que o governo teve que arrumar a casa, porque muitos eram os problemas deixados pela outra gestão. Nós começamos a ver que as coisas estão melhorando. Para vocês terem uma ideia, e está no *Jornal de Brasília* de hoje, só o valor de restos a pagar do ano passado soma quase um bilhão e meio. Isso para vocês verem que o valor deixado pelo outro governo foi um valor exorbitante.

Então, vemos que realmente este governo começa a trabalhar e já consigo ver bons sinais pela frente. Quero parabenizar o Governo do Distrito Federal na pessoa do nosso Governador Rodrigo Rollemberg e dizer que isso é só o começo. E como disse a pesquisa, mais de 60% já avalizam e veem que este governo está melhor do que o governo anterior.

Então, parabéns ao Governador Rodrigo Rollemberg. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu conversei com vários Líderes e, em respeito à maioria, nós vamos colocar a moção para ser votada primeiro.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores presentes, comunidade que veio acompanhar a votação, não apenas da moção de autoria da Deputada Sandra Faraj – particularmente subscrevi a moção. Espero poder vota essa moção

hoje e encerrar esse momento importante. Eu creio que é uma matéria na qual precisamos ter muito respeito às pessoas envolvidas no processo.

Permitam-me, se vocês puderem me dar esta oportunidade, até porque nós não podemos esquecer o clássico episódio da mulher prostituta, quando Cristo responde aos acusadores: "Aquele que não tiver pecado atire a primeira pedra". Essa deve ser uma lição para todos nós antes de fazermos essa ou aquela afirmação a esse ou aquele cidadão. O julgamento não está a nós, o julgamento é alguém maior do que nós. Então, isso é importante termos claro.

Sra. Presidenta, eu pedi esta oportunidade porque eu gostaria de expor aqui a conclusão do trimestre no que diz respeito à arrecadação tributária do Distrito Federal.

Hoje há uma reportagem no *Jornal de Brasília* em que o Secretário Hélio Doyle fala que a arrecadação não está no nível esperado. Eu gostaria de me reportar aos números. Os números são oficiais.

No trimestre janeiro, fevereiro e março, Deputado Joe Valle, nós tivemos para Brasília uma arrecadação tributária – é importante ter a diferença da arrecadação tributária do *superavit* propriamente dito, porque aí temos que incluir as transferências da União para o GDF, para que, então, analisemos o processo da receita como um todo; a receita, parte dela, é composta pela receita tributária –, uma receita tributária que aponta um *superavit*, ou seja, do ponto de vista de 2014, um incremento de 526 milhões de reais. Aí, podemos alegar que tivemos a antecipação do IPVA. É verdade. Nós tivemos a antecipação do mês de abril para o mês de março, como também, parece-me, nós temos ainda alguns resíduos pertinentes ao Refis.

Portanto, o que eu trago aqui, Srs. Deputados, é a necessária percepção da capacidade arrecadadora do Governo do Distrito Federal e a capacidade de enfrentamento do processo de gasto com pessoal e gasto com outros tipos de rubrica. É extremamente importante que nós tenhamos isso claro, porque o início deste ano foi uma leitura de desastre absoluto sob todas as circunstâncias, o que demonstra agora não ser uma absoluta verdade, porque inicialmente era necessária a antecipação da receita orçamentária. Passou a lei aqui. Depois, disseram que não era mais necessário, que o Governo do Distrito Federal tinha recursos para fazer os devidos pagamentos. Depois, veio o que diz respeito aos recursos do Fundo, que foi necessário cobrir. Foi feita a proposta do parcelamento do pagamento salarial. Depois, já não era mais necessário o parcelamento, porque o GDF dispunha de condições de enfrentamento da sua situação.

Portanto, é importante termos claro que a população reage propositivamente para que nós possamos superar este momento de dificuldade no Distrito Federal. É uma notícia alvissareira.

Mas eu quero, Sra. Presidenta, em terceiro lugar, trazer aos colegas Parlamentares que nós fizemos um estudo no qual nós fazemos uma análise do processo da execução do Fundo Constitucional, Deputado Raimundo Ribeiro, e nós estamos avaliando uma perda anual absolutamente significativa. Para os Deputados terem ideia, a perda em relação ao ano passado foi na casa de 128 milhões de reais. Isso é uma das rubricas de prejuízos em função da capacidade de gestão do Estado. E é interessante, Deputado Prof. Israel, que nós possamos perceber que a questão de gestão é, sobretudo, na área de custeio de manutenção e na área de investimento. E em particular, em uma das áreas mais estratégicas, que é a área da segurança pública.

Portanto, quanto a esse prejuízo hoje, o Distrito Federal precisa de no mínimo reclamar à União a recomposição da sua base de arrecadação e o cálculo do Fundo Constitucional. Eu marquei uma conversa com o Senador Reguffe e a Deputada Erika Kokay para discutir essa questão, porque não é uma matéria que apenas a bancada distrital tem prerrogativas para debater, necessita-se da base de apoio dos Parlamentares que estão no plano federal.

Por último, Sra. Presidenta, eu ainda gostaria de fazer uma rápida abordagem com relação ao processo em curso no Congresso Nacional da votação do projeto de lei que fortalece o sistema da terceirização em detrimento da contratação e do concurso público, muito bem abordado aqui pelo Deputado Prof. Israel, um tribuno de excelente qualidade que temos aqui na Casa. É algo absolutamente escandaloso a precarização do trabalho apoiado nesse projeto de lei, de autoria do Deputado Sandro Mabel. Quando eu era Deputado Federal o conheci e tive a oportunidade de conviver com ele no Congresso Nacional. Ele escancara um dos grandes escândalos de que esse País será vítima, que é o processo de inchamento da máquina administrativa, principalmente nas empresas públicas, dispensando o rigor e a análise que o Ministério Público tem feito acerca de que os contratos de terceirização limitam-se às atividades-meio, e não às atividades-fim.

Portanto, eu espero que a sociedade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, possa reagir de maneira firme, de maneira contundente, de maneira absolutamente a defender os interesses da sociedade em detrimento dos interesses dos capitalistas que hoje têm uma absoluta vantagem dentro das instituições públicas e privadas deste País.

Sra. Presidenta, eu agradeço essa oportunidade e quero deixar aos colegas essa ação que hoje precisamos fazer em defesa do resgate das contas públicas do Distrito Federal. Por isso é que fiz questão de usar o horário desta tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vou seguir a ordem, já que todos querem fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu tive uma conversa com os Líderes dos Blocos. Acabei de conversar com o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, e pedi até para não começarmos a criar um problema entre nós, que o Colégio de Líderes seja evidentemente respeitado como sempre foi nesta Casa.

Não temos nenhum problema em votar essa moção hoje. Eu acho que podemos votar e não tem problema nenhum. Nós temos de debater, porque esse tema é polêmico, mas eu queria insistir. Já conversamos aqui, e há três blocos que são favoráveis, para que se mantenha a ordem que foi acordada no Colégio de Líderes. O próprio Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, entendeu. Nós vamos ficar aqui, vamos debater, e vamos votar. Em seguida, passamos para a votação dos vetos, mantendo evidentemente a ordem nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Para que não paire nenhuma dúvida, eu vou consultar novamente os Líderes se há acordo para votar a moção agora ou depois.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu até sou solidário ao Deputado Ricardo Vale, mas eu queria que todos que estão presentes se comprometessem a ficar aqui até o final, para que nós pudéssemos votar essa moção hoje. Porque se não há inversão de pauta, quando chegar ao final, não haverá *quorum*. Todos que estão aqui devem ter a responsabilidade e o compromisso de ficar até o final, para que possamos votar a derrubada dos vetos, bem como a moção.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Assim espero também, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Eu gostaria que todos os Líderes viessem até aqui, por favor. Vou consultá-los. Deputado Rodrigo Delmasso, há acordo para votação da moção?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Há acordo para fazer inversão de pauta, conforme orientação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Raimundo Ribeiro, há acordo? (Pausa.)

Deputado Prof. Israel, não há acordo? (Pausa.)

Deputado Wellington Luiz, há acordo? (Pausa.)

Deputado Robério Negreiros, há acordo?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, eu já tenho o meu ponto de vista. Coloco o compromisso, mas fico muito preocupado com o que foi decidido no Colégio de Líderes. Solidarizo-me com o Deputado Ricardo Vale, apesar de que tenho um posicionamento de voto. Comprometo-me, como o Deputado Dr. Michel e o Deputado Rafael Prudente, a ficar aqui para votar a moção e finalizar esse debate. Acho que já deu.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não há acordo, Deputado? Não há acordo.

Deputado Ricardo Vale, não há acordo para inversão de pauta? Podemos votar hoje, mas sem inverter a pauta. Não há acordo para inversão de pauta?

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como ficou? Não vai inverter?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não vai inverter.

DEPUTADO RICARDO VALE – Não vai inverter? Três blocos acham que tem que manter, dois são contra, não vai inverter?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não vai inverter, não vai.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, meus pares, galeria, eu quero cumprimentar todos que aqui estão porque esta é uma Casa democrática, onde todos têm o direito à voz.

(Apupo nas galerias.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Primeiro deixem-me falar, depois vocês vaiam. Vão vaiar antes de eu falar? Daí eu não vou poder falar. Todos falaram, depois vaiaram. Agora deixem-me falar primeiro. Calma, sem agressão, pelo amor de Deus!

O art. 5º da Constituição diz que todos têm o direito de ir e vir. Eu acredito que cada um nasce com uma sexualidade biológica, conforme o Deputado Rodrigo Delmasso falou. Os próprios que aqui estão, que escolheram a sua sexualidade, sabem do que estamos falando. Eles mesmos...

(Apupo nas galerias.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Você vai vaiar sozinho? (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Por favor, gente, silêncio!

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu ia dizer que você tem o direito de entrar no banheiro que você quer, e você me vaia? Você não esperou nem eu molhar o bico!

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Se não mantiverem o respeito, vou solicitar à Segurança que os convide a sair.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu quero dizer que cada um escolhe a sua sexualidade, mas o banheiro a que devem ir, pelo amor de Deus, vamos respeitar!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Vamos respeitar. Eu acho que aí está passando... Licença, só um instantinho, pessoal. Está passando dos limites também. Nem vocês querem isso porque a discriminação vai ser muito maior. Vai ser muito maior, podem prestar atenção. Eu penso o seguinte: cada um nasceu com a sua sexualidade biológica e, a partir daí, escolhe qual sexualidade quer. Mas entrar no banheiro das mulheres é uma aberração, é uma aberração, é um desrespeito. Isso é um desrespeito!

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Vocês mesmos escolheram a sexualidade que querem. Não gostarão de ser massacrados dentro de um outro banheiro usado por sexualidade diferente da de vocês. A discriminação vai ser muito maior, escrevam o que estou falando. O pai de vocês, a mãe de vocês, a família não vai aceitar isso. Vocês serão discriminados, acreditem no que estou falando. Vocês serão discriminados! Não sou homofóbico, respeito a sexualidade de cada um, cada um tem livre arbítrio para escolher a sexualidade que quer, mas entrar no banheiro que não é o seu é um desrespeito para com vocês mesmos!

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidenta e meus pares que estão presente, eu venho pedir ao Líder deste governo, que tem o telefone vermelho, que faça uma ligação para o Rodrigão – Rodrigão é nosso amigo, Rodrigão é nosso governador –

para que veja a situação das corporações militares. Nós temos hoje no Corpo de Bombeiros 419 suboficiais prontos para serem promovidos a oficiais, e não podem por causa da Lei nº 12.080, que diz que tem de haver prova, mas não fazem as provas.

Então, acredito que devem suspender as provas e seguir a ordem de antiguidade, até que saia a reestruturação da corporação. Se assim não for, haverá uma situação de dificuldade nas corporações. Nós já não temos segurança e, com essas questões e da forma como está sendo feito, os homens que estão dando segurança para a nossa população estão descontentes.

Portanto, peço ao Líder do governo que faça uma intervenção junto ao Governador Rodrigão – para os íntimos –, que fale com ele. Foram gastos quase 4 milhões de reais para dar um curso a esses homens, e agora eles não podem ser promovidos porque tem que ser através de concurso.

Eu também não poderia, Sra. Presidenta, deixar de conclamar meus pares a me ajudarem a derrubar o veto. Há mais de três anos fiz uma lei, a lei dos radiologistas. Ela diz que só podem manusear equipamentos de radiologia aqueles que têm curso. Aqueles que têm curso! Nós estamos no País da especialidade, e o pessoal que mexe com radiologia é especialista, não há que se discutir isso. Então, quero conclamar os senhores na data de hoje a me ajudarem a derrubar o veto. Disseram que era inconstitucional, mas nós temos aqui em mãos uma consulta feita aos mais capacitados homens desta Casa, que diz que a lei é constitucional. Só pode manusear equipamento que expele radiação, ou qualquer coisa que o valha, quem tem especialidade.

Então, hoje eu quero pedir aos meus amigos que aqui estão que derrubem esse veto, para que vire lei no Distrito Federal o princípio da especialidade. Sra. Presidenta, muito obrigado por essa oportunidade.

Meus amigos que hoje pensam que sou contra vocês, eu não sou homofóbico. Estou falando porque sei, para que os senhores não sejam discriminados mais do que são. Podem ter certeza de que essa lei, essa resolução, só vem para trazer mais discriminação para aqueles que têm o direito de ir e vir e de escolher a sexualidade que querem. Sobre o banheiro, não entremos nessa pequenez de banheiro, não! Há coisa muito maior para discutirmos, como a questão da não discriminação dos senhores.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que fosse feita a verificação de *quorum*, já que foi feito um acordo para que todos os Deputados permaneçam na Casa até o final da votação, incluindo a votação da moção.

Portanto, eu gostaria que fosse feita a chamada dos Srs. Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra com base no art. 259 do Regimento Interno, porque, com base no Regimento Interno da Casa, para a questão de ordem, temos que citar o artigo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a retirada de pauta do item nº 16, que trata do veto total apresentado pelo Sr. Governador.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, serei bem breve e já abro mão da minha fala, para darmos celeridade aos trabalhos.

Eu só queria reforçar e pedir a inclusão do veto ao Projeto de Lei nº 2.059, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que está em agenda externa; e do Requerimento nº 206, de minha autoria, que requer a constituição de comissão especial de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. É o item nº 121. Esse requerimento já foi votado e aprovado, já passou pela CAS.

Só para finalizar, quero alertar a Liderança do Governo, apesar de a minha área não ser jurídica, que a Assessoria do nosso bloco informou que chegou o crédito do governo por meio da Mensagem nº 065, de 2015, em que há uma impropriedade, porque a suplementação é no tema publicidade e tem que ser por lei específica. Portanto, não vai resolver o problema dos novos Parlamentares de legislatura inicial para a questão das emendas de Parlamentares e até para quem queira alterar as emendas de Parlamentares em função de alguma alteração na cidade.

Eu só gostaria de pedir que a Presidência fique atenta em relação a isso e que o governo possa mudar essa suplementação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Robério Negreiros, eu gostaria, por gentileza, que V.Exa. encaminhasse essa dúvida ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar.

Quanto à solicitação de V.Exa., eu incluo o veto e o requerimento na extrapauta.

Deputada Sandra Faraj, quanto à solicitação de V.Exa., quando começarmos a Ordem do Dia, faremos a verificação de *quorum.*

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa tarde; boa tarde a todos. É sempre muito bom termos a Casa cheia para participar dos debates.

Eu queria, Sra. Presidente, dizer que hoje pela manhã, às 10 horas, tivermos a presença do Secretário de Saúde nesta Casa para, como de praxe, vindo pela quarta vez, fazer seu relatório de gestão sobre a política do SUS. Vieram também vários subsecretários. Participou comigo o Deputado Rafael Prudente, um grupo de pessoas e assessores desta Casa.

Realmente, todos os esforços têm sido feitos para esse processo, mas, infelizmente, pelo que percebemos e temos condições de ver o tempo inteiro, é que a saúde no Distrito Federal chega ao ponto de não nos dar mais esperança de que possa mudar. Nós temos uma saúde desgastada, cara, que não entrega o que deveria entregar. Realmente, é uma situação de calamidade pelo preço que é a saúde. Mesmo que ela fosse barata, não podemos continuar assim, e o cidadão, quando nos encontra nas ruas pergunta a nós sobre isso e não sabemos o que fazer, porque não há o que fazer.

O processo de gestão da saúde vem sendo muito ruim em todos os anos. Logicamente, este governo está apenas começando, está há 100 dias. Estamos começando o processo de fiscalização da saúde. Realmente, a situação é calamitosa. Eu acho que esta Casa toda – todos os Deputados têm que entrar nesse processo – tem de se unir para fazer esse tipo de fiscalização, que é uma fiscalização construtiva para melhorarmos de uma vez por todas e, pelo menos uma vez, a saúde e resgatar o valor do funcionalismo público nesta cidade, porque, neste momento, o que se pensa do funcionalismo público, o que se pensa da parte pública da cidade é que não funciona. Infelizmente, não funciona. Essa é a lógica e se nós fizermos uma pesquisa em qualquer lugar desta cidade com qualquer pessoa – qualquer pessoa –, a resposta vai ser do total descrédito na questão pública. Isso está acontecendo em todo o Brasil.

Há uma crise de identidade, há uma crise enorme que se abateu sobre as instituições públicas brasileiras. Essa discussão precisa ser feita com muita seriedade e é uma discussão estratégica, estruturante, grande. Precisamos nos voltar a ela, nos determos nela e fazê-la porque a situação é calamitosa mesmo. Nós pagamos muitos impostos e os serviços são muito poucos, a eficiência é baixa e a efetividade é nenhuma, isso sem se falar na gestão. O que existe é um *status quo* instalado em que nós não conseguimos resolver o problema em quatro anos. A questão exige políticas de longo prazo. A nossa política partidária é de curto prazo. São de quatro

anos os mandatos. O soluço mandatário é o câncer da gestão pública. Não pode continuar do jeito que está. Nós vimos isso hoje, na audiência pública que ocorreu de manhã da Comissão de Fiscalização com o Secretário de Saúde, que é uma pessoa séria, dedicada, mas que tem muito pouco a fazer.

A segunda coisa, Sra. Presidente, sobre a qual eu gostaria de falar mais uma vez, é da falta completa de transporte na área rural do Distrito Federal. Eu vou fazer um moção de repúdio sobre isso. As pessoas que na década de 70 e 80 tinham três, quatro ônibus por dia; na década de 90 tinham dois; hoje não têm nenhum e estão isoladas na área rural. Isso é um absurdo completo e nós não podemos continuar dessa forma. E não tem o que se falar. Não tem o que se falar porque os contratos são feitos – os contratos emergenciais ou não – e o que acontece é o seguinte: com o tempo que for, hoje não teve transporte público na área rural. Amanhã não terá e quem sofre é o cidadão que está lá pagando seus impostos e não tem como subir, não tem como vir para o hospital, não tem como vir para a cidade, não tem como vir para um shopping.

Então, eu gostaria muito de fazer e estou fazendo essa moção de repúdio para que a gente possa ter de volta os ônibus da área rural porque nessa situação não podemos continuar. Na área rural, as pessoas não têm condições de ir e vir e isso, na nossa cidade, na Capital da República, não pode acontecer.

Sra. Presidente, estou aqui à disposição para a votação. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – art. 259, inciso II. Duas coisas: eu queria propor que a manutenção dos vetos fosse votada em bloco, e as derrubadas, obviamente, fazermos a votação individual. Quero pedir também a reinclusão do item nº 16, para nós, conforme acordado, derrubar o veto de que trata esse item.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco a manutenção dos vetos?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, desde que entrei nesta Casa, portanto já há algum tempo, contesto a votação em bloco de matérias que são controversas. Não há problema em fazer em bloco a votação de requerimentos ou indicações. Que a gente faça as exclusões, os

destaques e vote em bloco, mas com relação a vetos, a projetos de lei, a projetos de lei complementar, inclusive à concessão de título de cidadão honorário, são necessários 13 votos. Nestes casos, nós precisamos fazer nominalmente, ostensivamente, um por um. Neste caso específico, os Líderes precisam fazer o exame, e a minha sugestão é a de que se especifique a matéria em relação aos vetos que forem mantidos, porque há vetos de 2012, de 2013 a projetos de 2007 e 2006, para que possamos, efetivamente, limpar a pauta, mas preservando a vontade do eleitor.

O representante aqui expressa a vontade do eleitor. Então, a vontade dele precisa ser respeitada. Um por um deles deverá ser analisado pelas lideranças, e deverá ser estabelecido quais serão votados em bloco, ou seja, uma pauta específica para eles. Nessa hipótese, eu concordo, Sra. Presidente. Mas, primeiro, é preciso caracterizar a excepcionalidade. Segundo, é preciso que haja a expressão real da vontade, ou seja, que os líderes saibam efetivamente o que vão votar. Nesse caso específico, registrada em ata a excepcionalidade, eu concordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, acho que está muito bem essa linha, mas nós temos 40. Então, se todo mundo tiver essa disposição para ficar no plenário até mais tarde, eu não vejo o menor problema. A lista será distribuída. São 40.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, talvez V.Exa. não esteja entendendo. Eu estou concordando com a votação em bloco. Agora, o que precisa se fazer é excepcionar. Nós não podemos admitir essa votação como votação ordinária, porque isso pode depor contra a nossa atuação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Contra a Casa, com certeza. Por isso, Deputado, é que tentamos consultar os líderes.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Ouvi o Deputado Chico Leite abordar a questão da votação dos vetos em bloco. Por conta da consciência do tema, Sra. Presidente, e por nós termos clareza do que está sendo votado, o bloco PMDB, PTB e PP será contra essa proposição. No caso, não havendo concordância da maioria, não se pode encaminhar essa votação em bloco, não. Queremos saber veto por veto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Depois dos pronunciamentos do Deputado Chico Leite e do Deputado Cristiano Araújo, votar em bloco pode até dar celeridade, mas é temerário para a Casa. Eu me coaduno com

o posicionamento do líder do meu bloco e do Deputado Chico Leite em função do risco. Deputada Liliane Roriz, V.Exa. fez um projeto quando era oposição na legislatura passada justamente para que se defendesse essa transparência, mas fazendo um paradigma em relação à questão das emendas parlamentares. V.Exa. deu um exemplo para esta Casa. Acho que V.Exa. deveria dar outro acatando a sugestão do Deputado Chico Leite e do Líder Deputado Cristiano Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Com certeza, Deputado. Eu não tenho o menor problema de estar aqui e ler item por item.

Continuando os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, galeria, nobres colegas Parlamentares.

Hoje, nesta tarde, eu gostaria de invocar algo que nós conquistamos há cerca de 30 anos chamado democracia. Democracia, ao pé da letra, quer dizer: autoridade do povo, voz do povo. Hoje, infelizmente, alguns dias atrás, eu fui taxada de homofóbica, simplesmente porque querem violentar o regime democrático de direito do Brasil e calar a voz deste povo aqui, que me elegeu para ser escutado, para ser representado.

Seria um ato antidemocrático eu ignorar a voz das pessoas e das famílias quando esperam de mim um posicionamento a favor da família. Essa resolução arbitrária ou de um grupo minoritário...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vamos deixar a Deputada concluir. Depois, vocês fazem as suas manifestações. Caso contrário, pedirei à Segurança que os retirem.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Com essa resolução arbitrária, um grupo minoritário quer impor uma ideologia goela abaixo.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Se vocês não respeitarem, pedirei que vocês saiam. Isso não é possível! Esta é uma Casa que precisa ser respeitada.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Essa resolução arbitrária, com a qual um grupo minoritário quer impor uma ideologia de gênero goela abaixo, tem consequências. Hoje, eu vim falar aqui de algumas matérias que saíram nos jornais.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu pedirei para a polícia os retirarem. Vocês pediram. Eu não posso permitir isso. Eu já fui tolerante o suficiente. Por favor!

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Eu gostaria que a galeria realmente colaborasse nesse momento. Tem de respeitar. Eu acho que todos querem que sejam votados tanto os vetos... O pessoal da radiologia tem o nosso apoio também. Eu gostaria que fosse respeitado. Conforme acordo aqui, a moção será votada. Eu gostaria que o respeito reinasse aqui. Fala-se tanto em respeito e em tolerância, mas são os primeiros a não serem tolerantes.

Chamaram-me muito a atenção algumas matérias, que eu gostaria de compartilhar com vocês. *Folha de São Paulo on-line*: "Jovem é morta em local onde faria vestibular." *G1*: "Mãe disse que filha de oito anos foi estuprada na escola por menino de doze." *G1*: "Aluna é espancada por adolescentes no banheiro de escola." *Cidade Alerta*: "Jovem é estuprada dentro de banheiro de universidade em Vitória." *Estadão*: "Aluno é atacado em banheiro." *G1*: "Aluna sofre tentativa de estupro em banheiro no *campus* da USP."

Quando falamos que a utilização do banheiro não depende de ideologia de gênero, mas sim da condição física, eu fui taxada de homofóbica. Nós estamos zelando pela segurança e pela privacidade, que é o que cada um de nós quer. Eu estou na Casa do povo lutando pelo povo. Isso inclui todos, inclusive os homossexuais, que defendemos que não sejam, de maneira alguma, agredidos. O respeito que se quer só pode ser concedido mediante o respeito à maioria. A maioria não pode constrangida por um desejo da minoria. Por isso, quero dizer que o uso do banheiro não é uma questão de opção, mas uma condição biológica. Homem tem de utilizar banheiro masculino, e mulher, banheiro feminino. Eu estou aqui para representar toda uma população que acredita nisso. Isso é democracia. Agora, desculpe-me, caro Deputado Chico Vigilante, mas essa resolução que tanto estamos discutindo nesta Casa foi uma imposição do Governo Federal, da Secretaria de Direitos Humanos, que não consultou as escolas, a sociedade, não consultou absolutamente ninguém. Como é que podem falar que as pessoas estão sendo respeitadas se elas não foram consultadas? Eu gostaria de enfatizar que o fato de eu ser cristã não me impede de representar as pessoas, expressar a minha fé e representar aqueles que lutam pela família.

Sra. Presidente, nobres Deputados, eu gostaria de pedir a votação da moção hoje. Deputado Ricardo Vale, vamos votar hoje, seja a hora que for, e vamos prezar pela segurança, acima de tudo, das crianças e dos adolescentes, que estão totalmente fragilizados com essa resolução descabida.

Era o que eu tinha para falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, também venho a esta tribuna para falar desse tema. O simples fato de estar sendo debatido já praticamente há três sessões mostra a importância que ele tem. É tão importante, que a Presidência da República, um órgão de respeito, tratou dessa questão.

Na quinta-feira passada – eu estava neste plenário –, ficou acertado que a Deputada Sandra Faraj, autora da moção de repúdio, iria fazer chegar ao gabinete dos 24 Deputados tanto a moção – e isso aconteceu –, quanto as resoluções alvo das críticas da S.Exa. Eu as recebi e ocupei boa parte do meu final de semana para analisá-las. Aí, Deputado Rafael Prudente, quero, dentro do tempo que me é concedido, fazer algumas considerações extraídas desse estudo. Primeiro – e aí é defeito de formação, porque sou advogado por formação – tenho que olhar a forma. E, na forma, o que se verifica é que existem – aqui temos o Deputado Chico Leite, que pode nos auxiliar nisto – as normas secundárias e as normas principais. A norma principal é aquela que cria, altera ou extingue direitos. Essa resolução faz isso, entretanto, não cabe a uma resolução, como instrumento, exercer esse tipo de função. A função é de lei e não de resolução. No meu entendimento, essa resolução não encontra respaldo legal para ser editada. O órgão não tem competência para se imiscuir, criando, extinguindo ou alterando direitos. Tem o poder regulamentador e não criador ou extintivo. Essa é a primeira análise que faço, quanto à forma.

Fui mais além apenas por amor ao contraditório, porque, a partir do momento em que ela não preenche as formalidades legais, no Direto, dizemos que ela não se presta àquilo que se propõe, ou seja, ela está viciada pela imprestabilidade. Fui buscar a análise do conteúdo. Logo no primeiro artigo, em que se estabelece a questão de nome social, cabe aqui informar à Presidência da República, ao Conselho que editou essa norma, que não é necessária nenhuma resolução da Presidente da República. Quem quiser mudar de nome é só ir ao cartório. Não há necessidade de a Presidência da República usar sua estrutura para fazer esse tipo de coisa.

Fui mais além, Deputados. Verifica-se que o que se procura colocar nessa resolução é que as pessoas possam – e isto nos obriga a colocar lá – colocar o nome que, segundo eles, é um nome social e o nome original, registrado pelos seus pais. Quer dizer, então, que vamos criar dois tipos de cidadão: aqueles que podem usar dois nomes e aqueles que não podem. Evidentemente, por absurdo que seja, não se comportam mais discussões.

O artigo 2º diz que é garantido que a pessoa seja tratada pelo nome social. Meus amigos, acho que ninguém nasceu grande aqui. Todo mundo já foi criança. Eu também fui e também já tive apelido. Tive apelido que eu me colocava e que outras pessoas colocavam. Não precisa a Presidência da República, com tantos problemas

de corrupção lá, se envolver com esse tipo de coisa. Que bobagem! Mas é isso que está acontecendo nessa resolução, Deputado Wasny de Roure.

O artigo 6º fala do uso de banheiro, vestiário e similares. Vejam bem: aqui não se trata de uma faculdade, não, pessoal. Aqui está sendo garantido, o que significa dizer que você pode chamar o segurança e dizer: eu quero garantir que uma pessoa que, mesmo parecendo homem, se sinta mulher possa entrar no banheiro. E, aí, vou dizer uma coisa para vocês que acho que traduz o que penso: olhem, eu tenho uma neta e, se ela for ao banheiro do *shopping,* não vai ter caboclo nenhum, nem resolução nenhuma que terá força de colocá-lo lá dentro. Ele não entra. Acho que isso diz tudo.

Sou insuspeito, Deputado, para falar sobre essa questão. Sabe por quê? Porque, quando fui Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, fui quem mais contribuiu para a criação de defesa dos direitos dos homossexuais. Eu, como Secretário de Justiça. Agora, não posso aceitar uma resolução que discrimina as pessoas. Isso, eu não posso aceitar. E essa resolução discrimina. Mas ela é mais grave! Vejam bem, há um artigo nela, no final, Deputado Wasny de Roure, que diz o seguinte: o adolescente poderá adotar o nome que quiser, sem a autorização dos pais. Está se retirando o pátrio poder. É engraçado como isso vem revestido de uma linguagem bonita, mas aí eu pergunto o seguinte: a criança, o adolescente tem o poder de fazer isso, mas por que, quando essa criança ou esse adolescente causam prejuízo financeiro a alguém, a Justiça responsabiliza os pais? Que história é essa?

Então, primeiro, que votemos, sim, essa moção, que vem sendo postergada há mais de uma semana. Segundo, pela importância que ela tem, sim. É exatamente porque este país foi tolerante nos últimos quinze anos que está essa esculhambação aí. É por isso, pessoal. Quero aqui já antecipar meu voto a favor dessa moção de repúdio e finalizar, Sra. Presidente, parabenizando os prefeitos de quadra, que hoje comemoram o seu dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, galeria. Quero cumprimentar os servidores concursados aqui, o pessoal da radiologia, os eleitores – seguidores – da Deputada Sandra Faraj e cumprimentar, em especial, a comunidade LGBT.

Quero dizer que esse é um tema muito especial, delicado, e nós temos que debatê-lo, debatê-lo sem medo. O homossexualismo existe desde quando existem os primeiros humanos na face da Terra e vai continuar, e precisamos entender e respeitar as diferenças entre nós.

Fico assustado com a desinformação da nossa sociedade com relação a esse tema. Como nós somos mal informados, a sociedade, inclusive, nós Parlamentares. Essa resolução que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos está propondo agora

não é novidade, Deputado Raimundo Ribeiro. Essa questão do nome social também não é novidade nenhuma, não é uma coisa que está sendo trazida agora. V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, como Líder do Governo Arruda, deveria saber disto: antes de o Conselho Nacional falar no ano passado, já no Governo Arruda – aliás, um dos poucos momentos de lucidez do Governo Arruda – foi aprovada a portaria que permitiu o nome de uso social. V.Exa., como Líder do Governo Arruda, nem sabe disso.

E aí, outros estados foram aderindo, outros estados foram entendendo que é legítimo, inclusive, o uso de banheiros, não por *gays* – não há nenhum *gay* exigindo ou pedindo para usar banheiro de mulher. Não existe isso. Essa portaria não fala isso, não é verdade. Foi por isso que nós pedimos um tempo para debater melhor com os Deputados, para debater melhor com a Deputada Sandra Faraj, autora da moção, para explicar que não é isso que está colocado lá. O que está colocado é que os transexuais, as pessoas que se sentem, no caso, mulher – e vou dar um exemplo, a Roberta Close, que, inclusive, mudou o sexo – possam usar o banheiro feminino como já usam, como ela já usa. Ora, se a pessoa se veste de mulher, se a pessoa muda o gênero dela...

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Por favor, gente. Nós estamos encerrando os Comunicados de Parlamentares para começar a votação. Eu queria respeito. O Deputado já vai encerrar, por favor.

DEPUTADO RICARDO VALE – Eu não vejo problema nenhum em uma pessoa que já se veste como mulher, que já se sente mulher usar o banheiro feminino. Aliás, isso já acontece hoje. Qual é o problema?

A Deputada listou aqui uma série de violências cometidas por jovens em diversos estados brasileiros, e eu tenho certeza de que nenhuma foi provocada por um *gay* ou por um transexual. A maioria da violência que acontece em nosso País é fruto justamente do preconceito. Presidente, peça silêncio, por favor.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Por favor, vou pedir novamente para os seguranças da Casa irem à galeria. O Deputado Ricardo Vale está concluindo. Por favor, conclua, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – Para concluir: essa intolerância e esse preconceito é que está gerando violência no País, não o fato de se usar banheiro a ou b. O que está gerando violência, o que tem provocado muita agressão neste País, principalmente a homossexuais...

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Ricardo Vale, por favor, o tempo de V.Exa. já se encerrou.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, deixe-me concluir: é justamente o preconceito e a homofobia. Portanto, eu quero pedir aos Deputados que votem contra essa moção. Era isso, Sra. Presidente.

(Apupos na galeria.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputada Sandra Faraj, eu já encerrei. Por favor.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Ricardo Vale, quando falamos de respeito, temos que ter respeitada a nossa opinião, a nossa opinião não pode ser criminalizada como ela tem sido. Por eu ter uma opinião diferente, eu tenho sido agredida. Isso não é respeito e democracia em lugar nenhum do planeta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Convido o Deputado Julio Cesar a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição Data:14/04/2015 17:24

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2015/2016

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
BISPO RENATO ANDRADE	PR		X
CHICO LEITE	PT	X	
CHICO VIGILANTE	PT		X
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X	
DR. MICHEL	PP	X	
JOE VALLE	PDT	X	
JUAREZÃO	PRTB		X
JÚLIO CÉSAR	PRB	X	
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
LIRA	PHS	X	
LUZIA DE PAULA	PEN		X
PROFESSOR ISRAEL	PV	X	
PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X	
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X	
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD	X	
TELMA RUFINO	PPL		X
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB		X
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L		16	8

SECRETÁRIO
DEPUTADO JULIO CESAR

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estão presentes 16 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início à

ORDEM-DO-DIA.

Item nº 3:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 288, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que "estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de mudança climática no âmbito do Distrito Federal."

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o meu direito parlamentar de usar a tribuna não foi respeitado. Eu não fui, ainda, chamado por V.Exa. para usar a tribuna. Está havendo um atropelo aqui no procedimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, o nome de V.Exa. não está inscrito aqui na lista, mas, de qualquer forma, vou colocar o nome de V.Exa. na lista.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, há um equívoco.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, chamei todos os nomes que constavam na lista, e o nome de V.Exa. não estava aqui. V.Exa. me desculpe. V.Exa. pode usar a palavra para questão de ordem.

Peço à Assessoria de V.Exa. que fique atenta, porque não estava aqui. Eu não teria o menor motivo para não chamar V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, agradeço a V.Exa., mas gostaria de fazer uso da tribuna, se o Regimento desta Casa permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós estamos em período de votação. Se V.Exa. quiser fazer uso da palavra... Eu chamei todos os Deputados que aqui estão.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Tudo bem, eu aguardarei o momento correto e farei o uso da palavra.

Já adianto, pedirei a declaração de voto em relação às questões aqui analisadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está bom, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 288 / 2011
Fls. nº 93

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 288/2011, que *estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de mudança climática no âmbito do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 88/2012-GAG (fls. 76/77), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 288, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fls. 51/59.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, foi oposto **veto parcial** ao conteúdo de alguns de seus dispositivos.

Segundo a mensagem, o conteúdo dos artigos 3º, VII, e 7º já se encontraria disciplinado pela Lei distrital nº 4.566/11. Situação semelhante ocorreria com os artigos 14 e 20, cuja matéria teria sido tratada pela Lei 4.770/12.

Já o inciso XIII do artigo 3º e os incisos II e VI do artigo 8º não atenderiam aos requisitos fixados pelo artigo 131, I, da Lei Orgânica para a concessão de benefícios fiscais.

O artigo 5º, o inciso III do artigo 6º e o artigo 23 foram vetados pois, segundo a mensagem, careceriam de estudos prévios para que o Distrito Federal não se comprometesse com metas cujos resultados não se sabe se haveria condições de alcançar.

Os artigos 10, 15 e 17 receberam veto jurídico. O primeiro deles não teria atendido ao inciso IV do § 1º do artigo 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Os demais apresentariam vício de iniciativa, por inobservância do artigo 321 da Lei Maior Distrital, e disporiam sobre conteúdo reservado a lei complementar, conforme os incisos VIII e IX do parágrafo único do artigo 75 da mesma norma.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 288 , 2011
Fls. nº 94

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos parciais.

Os vetos exigem, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os vetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 14/04/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☐ VETO TOTAL ☑ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Veto aos incisos VII e XIII do art. 3º; art. 5º; inciso III do art. 6º; art. 7º; incisos II e VI do art. 8º; e arts. 10, 14, 15, 17, 20 e 23

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☑ PROJETOS DE LEI Nº(S): PL 288/2011

AUTORIA: DEPUTADO JOE VALLE ☐ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO CHICO LEITE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JÚLIO CÉSAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROFESSOR ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L				16	8			

SECRETÁRIO DEPUTADO JULIO CESAR

VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	8		
OBSTRUÇÃO			

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foram rejeitados os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 393, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "torna obrigatório, no âmbito do Distrito Federal, o diploma de técnico em radiologia para operação de equipamentos emissores de radiação ionizante, bem como o uso de equipamentos de proteção individual – EPI e dá outras providências".

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só por zelo, como esses onze vetos foram decididos no Colégio de Líderes, é interessante que alguém faça o encaminhamento do que foi decidido, que é a derrubada desses vetos. É importante que esse encaminhamento seja feito para que não haja nenhum tipo de desculpa quando chegar um veto de um colega e a pessoa falar que não concorda.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Robério Negreiros, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. Logo que se faça a leitura do relatório, o encaminhamento será feito.

Solicito à Deputada Sandra Faraj que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 393/2011, que *torna obrigatório, no âmbito do Distrito Federal, o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante, bem como o uso de equipamentos de proteção individual - EPI e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 272/2012-GAG (fls. 23/24), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 393, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Michel, que torna obrigatório, no âmbito do Distrito Federal, o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante, bem como o uso de equipamentos de proteção individual - EPI e dá outras providências.

O Projeto foi aprovado sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 19.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, este opôs veto total ao projeto, sob a alegação de que a exigência de formação específica para os operadores de equipamentos emissores de radiação cria uma condição para exercício de profissão, matéria cuja iniciativa legislativa é privativa da União, acrescentando que a Lei

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – PRAÇA MUNICIPAL, QUADRA 2, LOTE 5, 4º ANDAR, GAB. 21
BRASÍLIA-DF – CEP: 70094-902 – FONE: (61) 3348-8212 – FAX: (61) 3348-8213

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 393 2011
Fls. nº 27

Federal nº 7.394/1985 já regularia o tema, contemplando os objetivos da proposição.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto ~~parcial~~ total em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

"ad hoc"
Sandra Faraj

Deputado CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 393 2011
Fls. nº 28 - 4

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não poderia deixar de discutir este projeto. Este projeto foi feito em várias mãos, junto com as pessoas que são realmente entendidas no assunto. E chegamos à conclusão que, para manusear aparelho que expeli ionizantes, ou seja, que tenha essa questão de Raio-X ou qualquer coisa que o valha, tem que ser um profissional da área, tem que ser um especialista. Por isso nós o fizemos. Este projeto passou por todas as comissões e foi aprovado.

Diziam que este projeto era inconstitucional, nós fizemos uma consulta, está aqui. Ele é constitucional. Ele foi vetado, porque queriam dizer que é para garantia de mercado de trabalho. Não é, nós não estamos aqui para isso. Nós estamos simplesmente querendo colocar um especialista para poder manusear um equipamento que possa fazer qualquer mal para as pessoas. Nesse sentido, nós fizemos esse projeto de lei e quero aqui agradecer aos colegas sobre a questão da derrubada deste veto, porque é de grande importância que nós tenhamos profissionais mexendo com equipamentos que possam fazer qualquer tipo de dano à saúde. Essa era a discussão, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, servidores, esse projeto tem uma qualidade extremamente importante pela vulnerabilidade do servidor, o risco ao qual ele está submetido. Então, meu primeiro tributo é aos servidores que optaram por uma vida funcional de risco em defesa da saúde, particularmente da saúde pública. Portanto, são responsabilidades que conferem a eles um sentimento de apoio por parte do Legislativo e por parte do Estado. Naturalmente, ao fazer a defesa, eu quero aqui ser contundente no nosso ponto de vista, que é de respeito e de confiança aos profissionais que têm seus olhos voltados para a comunidade, principalmente para aquelas em situação de vulnerabilidade de saúde. Portanto, o meu voto é pela derrubada dos vetos, mas o meu voto é de confiança a uma categoria que tem uma enorme responsabilidade com a sociedade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero primeiramente parabenizar o Deputado Dr. Michel, que brilhantemente foi o autor dessa iniciativa, juntamente com os técnicos em

radiologia do Distrito Federal. Quero dizer que não só sou favorável na realidade à derrubada do veto como visto a camisa desses profissionais que estão todos os dias nos hospitais cuidando e ali executando o seu serviço. Como Líder do Bloco Amor por Brasília, quero encaminhar pela derrubada do veto. Que possamos, por meio dessa derrubada, valorizar a atividade profissional dos técnicos em radiologia aqui no Distrito Federal. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, para encaminhar a votação.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu oriento os Deputados a votarem pela derrubada do veto, a votarem "não".

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 14/04/15

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☑ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☑ PROJETOS DE LEI Nº(S): PL 393/2011

AUTORIA: DEPUTADO DR. MICHEL ☐ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO CHICO LEITE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JÚLIO CÉSAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROFESSOR ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L				17	7			

SECRETÁRIO DEPUTADO JULIO CÉSAR

VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	17	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO			

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é apenas para reforçar que nós estamos com o *quorum* no limite. Solicito que os Parlamentares fiquem aqui até votarmos o último veto. Se não houver *quorum*, vou sair também.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria pedir que todos os Líderes aqui presentes respeitemos aquilo que combinamos no Colégio de Líderes e chamemos os Deputados que estão lá nos gabinetes para descerem, para podermos votar.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, até em razão do prazo, vamos apenas votar. Depois, se houver algum tipo de declaração ou defesa, que nós Parlamentares o deixemos para o final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, é o que estou tentando fazer.

Item nº 16:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.272, de 2012, de vários Deputados, que "dispõe sobre os cadernos de responsabilidade ativa, estabelece diretrizes de fiscalização e controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, e dá outras providências".

Item nº 33:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 855, de 2012, de autoria do Deputado Evandro Garla, que "assegura ao idoso internado nos hospitais da rede

pública e privada do Distrito Federal o direito à vaga em unidade de tratamento intensivo".

Solicito ao Deputado Robério Negreiros que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 855/2012, que *assegura ao idoso internado nos hospitais da rede pública e privada do Distrito Federal o direito à vaga em unidade de tratamento intensivo.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 271/2013-GAG (fls. 20/21), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 855, de 2012, de autoria do Deputado Evandro Garla.

A proposição foi aprovada com modificações, ficando a redação final conforme fls. 16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição versa sobre matéria cuja iniciativa para o processo legislativo é de competência exclusiva do Governador, uma vez que cabe ao Poder Executivo a execução de políticas públicas de saúde. (LODF, art. 100, X e art. 71, § 1º).

Além disso, argumentou Sua Excelência que a internação em UTI regula-se por critérios médicos e não por faixa etária.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em "ad hoc" Dep. Robério Negreiros

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – PRAÇA MUNICIPAL, QUADRA 2, LOTE 5, GABINETE 21
SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS – BRASÍLIA-DF – CEP: 70-094-902 – FONE: (61) 3348-8212 – FAX: (61) 3348-8212

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 855 / 2013
FOLHA 23 RUBRICA

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 14/04/15

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☑ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☑ PROJETOS DE LEI Nº(S): PL 855/2012

AUTORIA: DEPUTADO EVANDRO GARLA ☐ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JÚLIO CÉSAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROFESSOR ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L				14	10			

SECRETÁRIO DEPUTADO JULIO CESAR

VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO			

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 40:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.284, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e respectivas prestações de contas relativas às contribuições e demais verbas recebidas no âmbito do Distrito Federal".

Solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 1.284, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e respectivas prestações de contas relativas às contribuições e demais verbas recebidas no âmbito do Distrito Federal".

É o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1284/2012, que *determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e respectivas prestações de contas relativas às contribuições e demais verbas recebidas no âmbito do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 311/2013-GAG (fls. 27), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 1284, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

A proposição foi aprovada sem modificações, ficando a redação final conforme fls. 23.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição trata sobre prestação de serviço em estabelecimentos privados sem que o Distrito Federal tenha competência para legislar sobre o assunto. Trata-se de matéria atinente ao direito civil e do trabalho, de competência legislativa privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I).

Alega, ainda, que os sindicatos gozam de liberdade, assegurada pela Constituição Federal (CF, art.8º), para se organizarem segundo definição de seus

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1284 / 2012
FOLHA 30 RUBRICA

associados. Por esta razão não pode o Poder Público impor aos sindicatos a adoção de medidas relativas às suas respectivas gestões.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator
"ad hoc"
Dep. Rodrigo Delmasso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1284 / 2012
FOLHA 31 RUBRICA

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, oriento os Deputados a votarem "não".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu libero a bancada do PT quanto a esse veto. Eu não voto pela derrubada do veto, portanto voto "sim".

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, informo aos colegas que quem defende a transparência em relação à publicação pelos sindicatos, uma vez por ano, das receitas oriundas de maneira direta ou indireta do erário – logicamente no que é relacionado ao Distrito Federal –, não vota pela manutenção do veto, como o Deputado Chico Vigilante, mas pela derrubada do veto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, da mesma forma, eu quero ratificar o que o Deputado Robério Negreiros falou. A sociedade caminha – tenho dito isso nas ruas – para um sistema de transparência, ainda mais com a coisa pública.

O projeto do Deputado Robério Negreiros vem ao encontro do que a sociedade cobra de nós lá fora. Nada mais justo, nós do Legislativo – o governo aprovou a transparência das contas, cada dia estamos sendo mais fiscalizados pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, pela própria imprensa que vigia a nós no dia a dia –, abrirmos isso para as entidades de classe, tanto do ponto de vista laboral quanto do ponto de vista patronal.

O projeto não distinguiu se é do lado do patrão ou do lado do empregado. O projeto trata, no mérito, da transparência das contas. Então eu voto "não", ou seja, pela derrubada do veto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como Líder do Bloco Amor por Brasília, o encaminhamento é para votar "não", ou seja, para derrubada do veto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que fosse feita a verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vai ser feita na votação, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Mas a votação ficará prejudicada com o Parlamentar que já saiu. Pedirei a retirada, se for assim.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição
17:596:30

Data: 14/04/2015

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2015/2016

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
BISPO RENATO ANDRADE	PR		X
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X	
DR. MICHEL	PP	X	
JOE VALLE	PDT	X	
JUAREZÃO	PRTB		X
JÚLIO CÉSAR	PRB	X	
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
LIRA	PHS	X	
LUZIA DE PAULA	PEN		X
PROFESSOR ISRAEL	PV	X	
PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	X	
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X	
RODRIGO DELMASSO	PTN	X	
SANDRA FARAJ	SD	X	
TELMA RUFINO	PPL		X
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB		X
CELINA LEÃO	PDT		X
T O T A L		15	9

SECRETÁRIO DEPUTADO JULIO CESAR

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Temos 15 Deputados presentes. Há *quorum*.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a retirada da matéria. O Líder do PT, que participou do Colégio de Líderes, sabia do acordo para deliberação desses vetos. O nosso bloco apoiou a deliberação de outros vetos, independentemente de ideologia. Neste caso de transparência, o Partido dos Trabalhadores ir contra a transparência é algo que causa estranheza. E, por mais que ele tenha orientado de maneira aberta a forma de votação, houve aí uma forma de convencimento, por baixo dos tapetes, para que todos votassem contra a manutenção do veto.

Então, peço que o nosso Líder aqui presente, o Deputado Cristiano Araújo, peça a retirada do nosso bloco, que é contra isso, porque não está havendo o compromisso assumido no Colégio de Líderes, e o Líder participou da reunião e sabia do item. Se ele está dizendo que não sabia, acho que tem que mudar a Assessoria ou passar a ler as coisas que aprova.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, esta Casa hoje dá um péssimo exemplo.

Deputado Julio Cesar, V.Exa. que é Líder do Governo, deve saber que nós sempre trabalhamos aqui com acordo no Colégio de Líderes. Uma vez quebrado esse acordo, o caso torna-se muito sério porque nós trabalhamos aqui na base dos acordos. Os projetos são debatidos, as Assessorias se posicionam. Hoje houve um acordo com os blocos que representam a maioria da Casa para a votação desses vetos. Os vetos foram colocados. Inclusive foram entregues pela Assessoria de Plenário os vetos que estão aprovados e a deliberação sobre o veto de interesse do Deputado Robério contava com o apoio do Partido dos Trabalhadores.

Então, um péssimo exemplo o que esta Casa está dando hoje. Ela está deixando claro que não existe acordo aqui dentro.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está retirado o item da pauta, Deputado Robério Negreiros? Está retirado de pauta o item.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Quero saber se o Colégio de Líderes não vale mais nada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. retirou o item de pauta, mas eu só gostaria de deixar claro aqui o tema para os Deputados Cristiano Araújo e Robério Negreiros.

Não há acordo para deliberação desse veto! Deputada, todo o setor produtivo do Distrito Federal, as entidades, a Fecomércio, a Federação das Indústrias e todos os sindicatos patronais e de trabalhadores se dirigiram a esta Casa pedindo aos Deputados que mantenham o veto. Todos! Portanto, estamos, no caso aqui, atendendo um pedido generalizado de todas as entidades. Será que todas estão erradas?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, na reunião de Líderes – vou deixar bem claro –, o senhor em nenhum momento falou especificamente sobre esse veto. O senhor sabe muito bem que sou muito democrática nas minhas ações. Não é justo a gente chegar até agora e ver isso! Temos que respeitar o colega que estava na reunião de Líderes, o Deputado Robério Negreiros. O senhor é pessoalmente contra, mas a bancada não o acompanha.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Ele disse que quem é contra é contra a transparência. Principalmente em relação ao sindicato do qual o Deputado Chico Vigilante é diretor até hoje, se não me engano é o Sindesv – Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, é diretor na Ceilândia, ativo, fundador do sindicato, a gente precisa abrir aquela caixa-preta, principalmente quanto às parcelas oriundas de convenção coletiva de trabalho. O projeto não é inconstitucional! Precisamos conhecer as taxas que estão ali. A taxa odontológica está sendo usada para outras coisas que não fazem parte da área odontológica. A gente precisa saber disso!

É bom que fique bem claro que venho do setor produtivo. Há gente que é contra, mas na mesma hora, eu falei na cara: "É contra o quê?" O fato de haver algum tipo de irregularidade na prestação de contas uma vez por ano? Eu gostaria muito de ver o que muitos sindicatos fazem com o dinheiro, incluindo sindicatos patronais também. Existem até denúncias de que usam sindicatos para fins eleitoreiros, como caçadores de campanha. A gente precisa acabar com isso!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra. Eu fui citado nominalmente e peço o direito de falar.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, eu fui citado primeiro, antes do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria deixar claro que, agora há pouco, alguns minutos atrás, o Deputado Ricardo Vale pediu para que se cumprisse o acordo do Colégio de Líderes. Já tínhamos decidido que faríamos a inversão de pauta. S.Exa. nos chamou ali e pediu: "Olha, se não respeitarmos o que foi decidido no Colégio de Líderes, esta Casa será desmoralizada." Nós voltamos atrás, até para podermos cumprir o que foi dito no Colégio Líderes. Agora, quando é o inverso, o inverso não é verdadeiro.

Eu só gostaria de deixar registrado que é uma pena, porque nós, realmente, definimos e acertamos no Colégio de Líderes.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – É muito simples. É só pedir a verificação de *quorum*. Não havendo *quorum*, vamos embora.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vamos conferir o *quorum*.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, eu fui citado nominalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Cristiano Araújo, peço só um instante, porque estamos aguardando a Deputada Sandra Faraj, que está descendo, e o Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, por favor, eu fui citado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – V.Exa. vai falar, Deputado Cristiano Araújo. Deixe só o Deputado Rafael Prudente falar. Logo em seguida, passo a palavra a S.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fui citado de outra forma. Eu sou também representante do setor produtivo e, como membro da Comissão de Fiscalização, Governança e Transparência e Controle, eu voto a favor do projeto do Deputado Robério Negreiros.

Acho que precisamos ter transparência nas prestações de contas seja do governo, seja do sindicato, seja de entidade de classe.

Portanto, eu gostaria que esse veto fosse derrubado nesta Casa. É uma pena, mais uma vez, vermos acordo construídos no Colégio de Líderes não serem cumpridos neste plenário.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria colocar a minha avaliação sobre o tema aos nobres Deputados para que façam, formem suas opiniões, emitam seus juízos de valores.

O Deputado Chico Vigilante disse que os sindicatos procuraram os gabinetes dos Parlamentares, procuraram o próprio governo, fazendo gestão para que houvesse o veto desse projeto de autoria do Deputado Robério Negreiros.

Eu queria fazer era uma reflexão com os Srs. Parlamentares, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, Deputado Raimundo Ribeiro, para dizer que quem pede para que esse projeto não seja aprovado, ou seja, que esse veto não seja derrubado, são pessoas que hoje compõem as chapas que dominam esses sindicatos.

O Deputado Chico Vigilante disse que os sindicatos se manifestaram contrários ao projeto do Deputado Robério Negreiros. Agora eu pergunto: e a população, os trabalhadores que pagam taxas a esses sindicatos, eles querem que abram isso ou que não abram isso? Eu não estou fazendo referência ao Sindicato dos Vigilantes, não estou fazendo referência ao Sindicato dos Professores. Para mim, não importa. O que eu estou dizendo aqui é que nós temos acompanhado, sobretudo, este ano, o recado que a população tem dado aos Parlamentares. Cada dia a mais, querem as contas abertas, querem a transparência nos mandatos seja de qual classe for, seja de deputados, seja de senador, seja de sindicato.

Portanto, eu digo aos novos parlamentares: derrubem o veto e nós vamos estar ganhando lá fora. Podemos estar perdendo com essas chapas que hoje dominam esses sindicatos, mas vamos ganhar lá fora com a sociedade, porque vamos estar abrindo essa caixa preta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fiz aqui, com a maior clareza, o encaminhamento, dizendo que eu não iria votar. Na medida em que os sindicatos são atacados da maneira como estão sendo atacados, eu preciso falar. Eu quero começar dizendo o seguinte: nos sindicatos, Sra. Presidente, os trabalhadores prestam contas aos trabalhadores. Existem as assembleias para as prestações de contas dos associados, tanto do lado patronal quanto do lado dos trabalhadores.

O problema, Sra. Presidente, é que é fácil vir aqui dizer que quer abrir caixa preta quando a empresa do pai de S.Exa. não paga as taxas, tendo que ir à Justiça para pagar. É isso. Eu não queria entrar nesses dados. A empresa do pai de V.Exa. não paga as taxas. Tem-se que entrar na Justiça para se garantir o pagamento. É isso aí que tem que ser colocado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – E por que o sindicato assina uma declaração de que está em dia?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Estou com a palavra.

Sra. Presidente, para concluir, na questão das entidades empresariais, eles têm o foro de prestação de contas deles. Quem presta contas nos sindicatos são os filiados nos sindicatos patronais, que vão às assembleias e fazem a prestação de contas. Se há coisa errada, eles é que vão à Justiça e questionam. Não é papel nosso.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria falar só para cair tudo por terra o que o Deputado Chico Vigilante falou. Aqui eu não represento empresa familiar, eu nunca fui sócio de empresa. E outra coisa: até onde eu sei, o sindicato de V.Exa. está assinando uma declaração que está, como vocês mesmo falam, em dia. Vocês falam e escrevem isso: em dia. Eu quero dizer a V.Exa. que vocês não prestam conta só para os seus filiados, não. V.Exa. falou aqui uma aberração. O sindicato é bancado com verba pública, que vem do Ministério do Trabalho. Então, não fale asneiras aqui. V.Exa. pode discutir com leigo, comigo não!

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 14/04/15

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☑ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): PL 1.284/2012

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☑ PROJETOS DE LEI Nº(S): PL 1.284/2012

AUTORIA: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS ☐ Poder Executivo

RELATORIA: "AD HOC" DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JÚLIO CÉSAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROFESSOR ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			3	14	7			

SECRETÁRIO DEPUTADO JULIO CESAR

VOTOS "SIM"	3	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO			

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 3 votos favoráveis e 14 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – eu gostaria de agradecer aos 14 Parlamentares que votaram pela transparência. Eu queria dizer também que, num passado não muito recente, o Deputado Chico Vigilante queria que as contas do Tribunal de Contas passassem por aqui também. Acho que temos que defender a transparência do setor produtivo, do setor dos trabalhadores. Os sindicatos recebem verbas públicas de maneira direta e indireta. O setor da terceirização, um pouco mais, porque 80% e 90% dos contratos advêm do poder público e há muitas taxas que são colocadas para manutenção: uma coisa, na convenção coletiva; na caixa preta, outra coisa.

Parabéns a esta Casa pela maturidade. O Colégio de Líderes vale sim. Acordo é acordo. Esta Casa é uma Casa plural, e temos que manter a tradição na Casa. Parabéns à Presidente, Deputada Liliane Roriz, ao Líder do Governo principalmente, o Deputado Julio Cesar, que tem demonstrado, com muita proficiência nesta Casa, o respeito à pluralidade, a todos os assuntos aqui desta Casa, sem "tratorar" entendimento desta Casa.

Se houve entendimento de derrubada de veto... Havia assunto que ideologicamente eu poderia não concordar, mas acordo é acordo. Uns perdem, outros ganham. Esse projeto de minha autoria foi vetado pelo governador do PT sob pressão da CUT. De maneira não contraditória, o Deputado Chico Vigilante falou que todo o setor produtivo não é contra. É só quem está com algum tipo de preocupação com a transparência dessas contas do sindicato. A decisão infelizmente não é *ex tunc*, que é um termo jurídico, não vale para trás, é da publicação para frente.

Parabéns a esta casa! Parabéns a todos os 14 colegas! Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 43:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.196, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, que "estabelece regras para a doação de sangue do cordão umbilical, para a formação de um banco público de células-tronco, para tratamento de leucemia, linfoma e outras doenças no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1 , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1196/2012, que *estabelecem regras para a doação de sangue do cordão umbilical, para a formação de um banco público de células-tronco, para tratamento de leucemia, linfoma e outras doenças, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 395/2013-GAG (fls. 22), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 1196, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão.

A proposição foi aprovada sem modificações, ficando a redação final conforme fls. 18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição cria novas atribuições à Fundação Hemocentro de Brasília, não sendo passível de disciplinamento por iniciativa parlamentar (LODF, art. 71, § 1º, IV).

Além disso, argumentou Sua Excelência que a proposição trata de matéria similar à contida na Lei nº 4.146, de 26 de maio de 2008, que foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1196 13
FOLHA 24 RUBRICA

(ADI nº 2008.00.2.008042-9 – TJDFT, Diário da Justiça, de 28/11/2008 e de 11/3/2009).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

"ad hoc" Roberto Negreiros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1196 / 12
FOLHA 29 RUBRICA

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, conforme acordado no Colégio de Líderes, a orientação é "não".

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 14/04/15

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☑ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.196/2012

AUTORIA: DEPUTADA CELINA LEÃO ☐ Poder Executivo

RELATORIA: "AD HOC" ROBÉRIO NEGREIROS

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JÚLIO CÉSAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROFESSOR ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L				17	7			

SECRETÁRIO DEPUTADO JÚLIO CÉSAR

VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	17	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO			